



Anais da Assembléia

Nº 121

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 28 DE NOVEMBRO DE 1988

ANO XIV

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 91.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 1988.
SEGUNDA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Dirceu Manfrinato e Erondy Silvério.

As dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caio Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Germote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Neivo Beraldin, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Milton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delaseri, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Lindolfo Júnior, Alexandre Ceranto, Antônio Belinatti, Domingos Scarpellini, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (06).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata e do Termo de Ata das sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.

O SR. 1º Secretário - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 120/88

Curitiba, 17.11.88.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, com as partes, datas e objetivos adiante mencionados:

a) Municípios de Cascavel (30.06.88), Guarapuava (22.06.88), Formosa do Oeste (27.05.88), Icaraíma (20.04.88.), Laranjeiras do Sul (03.08.88), construção de Delegacias de Polícia padrão "A";

b) Municípios de Douradina (07.07.88), e Figueira (18.07.88), construção de Delegacias de Polícia padrão "B";

c) Município de Formosa do Oeste (27.05.88) - construção de muro na Delegacia de Polícia e Cadeia Pública;

d) Município de Goioerê (20.04.88) - ampliação da Delegacia de Polícia;

e) Município de Mamborê (04.07.88) - adaptação do prédio que irá abrigar o Pelotão Policial Militar;

f) Município de Uraí (10.03.88) - construção de Delegacia de Polícia padrão "D";

g) Itaipu Binacional, IBDF, SUDEPE e CEMA (05.10.88) - preservação da flora, da fauna e do meio ambiente da área da Usina Hidrelétrica de Itaipu e seu reservatório;

h) Município de Guarapuava (28.07.88) - demolição do antigo prédio da Delegacia de Polícia e Cadeia Pública;

i) Município de Toledo (03.03.88) - construção de prédio para unidade da Polícia Militar; e

j) Município de Centenário do Sul (03.05.88) - reformas na Delegacia de Polícia.

Encaminho, ainda, para os mesmos fins, as inclusas cópias autênticas dos seguintes termos aditivos a convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, objetivando a construção ou reforma de prédios para unidades Policiais:

Município	Data do Aditamento	Data do Conv.orig.
Apucarana (Revigotamento)	03.06.88	22.12.87
Assaí	14.09.88	13.11.87
Francisco Beltrão	22.07.88	13.10.87
Looanda	23.05.88	06.11.87
São José das Palmeiras	08.06.88	04.11.87
Toledo	13.10.88	03.03.88

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 122/88

Curitiba, 25.11.88

Senhor Presidente.

Tenho a honra de vir à presença de Vossa Excelência, para, nos termos do § 1° letra "b", do art. 15, da Constituição Estadual, convocar essa Augusta Assembléia Legislativa a reunir-se extraordinariamente, de 06 de dezembro de 1988 a 20 de janeiro de 1989, para o fim especial de apreciar matérias de relevante interesse público, entre as quais algumas que, por versarem sobre assuntos tributários, deverão ser transformadas em lei ainda neste exercício, cujas respectivas propostas enviarei nos próximos dias.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ÁLVARO DIAS

Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob os n°s DTL/226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233 e 234/88, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei n°s:

175/88: Do Senhor Deputado José Tadeu Lúcio Machado, que denomina RODOVIA EURI-DES BRANDÃO, a PR-092, trecho que liga a PR-517 ao Porto Leopoldina, passando pelo Distrito de Nossa Senhora Aparecida, Município de Andirá, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.892. Anote-se- Arquivo-se.

207/88: Do Poder Executivo, que acresce parágrafo ao art. 1° da Lei n° 8.679, de 22 de dezembro de 1987, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.893. Anote-se- Arquivo-se.

345/87: Do Senhor Deputado Anibal Khury, que cria o Distrito Administrativo do Novo Município no Município de Curitiba e dá novas divisas ao Distrito Administrativo e Judiciário do Pinheirinho, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou

o n° 8.894. Anote-se - Arquivo-se.

232/87: Do Senhor Deputado José Tadeu Lúcio Machado, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RIBEIRÃO DO PINHAL, com sede e foro em Ribeirão do Pinhal, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.895. Anote-se - Arquivo-se.

068/88: Do Senhor Deputado Eduardo Baggio, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DA SUCEAM - ASSUCEAM, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.896. Anote-se- Arquivo-se.

098/88: Do Senhor Deputado Nilton Barbosa, que declara de Utilidade Pública, a ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA DE ASSISTÊNCIA AO JOVEM, com sede e foro no Município de Campo Mourão - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.897. Anote-se. Arquivo-se.

141/88: Do Poder Executivo, que autoriza a doar ao Município de Goioerê os lotes de terreno que especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.898. Anote-se Arquivo-se.

143/88: Do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, que declara de Utilidade Pública a CRECHE LAR SÃO JOSÉ, com sede e foro em Almirante Tamandaré, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.899. Anote-se- Arquivo-se.

163/88: Do Senhor Deputado Paulo Furiatti, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor ERNESTO BENEDITO NOGUEIRA, o qual convertido em Lei tomou o n° 8.900. Anote-se - Arquivo-se.

Curitiba, 25.10.88.

Senhor Presidente.

Levando em conta o disposto no artigo 96, inciso II, letra "b", da Constituição Federal, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para exame dessa Augusta Assembléia Legislativa, o incluso projeto de lei, aprovado em sessão plenária deste Tribunal, que dispõe sobre os vencimentos da Magistratura desde Estado e dá outras providências.

A revisão dos vencimentos da Magistratura é de necessidade premente e tem respaldo na norma constitucional do inciso III do art. 95 que manteve, sem solução de continuidade, o princípio garantidor da irredutibilidade de sua remuneração.

Assim, para que seja mantido o equilíbrio econômico de seus vencimentos, sem redução do que é irredutível, à magistra-

tura deve ser reposto o "quantum" que passa a ser descontado dos seus ganhos, referente aos tributos sobre eles incidentes.

Por outro lado, cuidou-se em fixar o vencimento básico do Juiz Substituto, que é o cargo inicial da carreira, ao contrário do que habitualmente se fazia, mantendo-se a diferença tradicional entre as diversas classes de magistrados, tal como previsto no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinguida consideração.

(a) MÁRIO LOPES DOS SANTOS
Presidente do Tribunal de Justiça.

PROJETO DE LEI

- Dispõe sobre os vencimentos da Magistratura e dá outras providências.

Art. 1º - O vencimento básico do Juiz Substituto é fixado em Cz\$ 300.000,00 (trezentos mil cruzados);

Art. 2º - A diferença de vencimentos entre as diversas classes de magistrados será de 10% (dez por cento), mantida a proporcionalidade estabelecida nos incisos I e II, do parágrafo 76, do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná;

Art. 3º - Os Desembargadores não perceberão, a qualquer título, remuneração superior a dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e nem inferior a 90% (noventa por cento) destes;

Art. 4º - Para atender as despesas com a execução desta lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir ou complementar os créditos necessários;

Art. 5º - Os efeitos desta lei vigoram a partir de 05 de outubro de 1988, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO

Vencimentos da Magistratura

(Art. 1º da Lei nº de de de 1988)
Vigência a partir de 05 de Outubro de 1988.

Cargos	Valores
Juiz Substituto.....	Cz\$ 300.000,00
Juiz de Entrância Inicial..	Cz\$ 333.333,33
Juiz de Entr. Intermediária.	Cz\$ 370.370,37
Juiz de Entrância Final....	Cz\$ 411.522,63
Juiz do Trib. de Alçada....	Cz\$ 439.814,82
Desembargador.....	Cz\$ 462.962,97

Curitiba, 19 de Outubro de 1988
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, na forma da Constituição Federal (Art. 96, inciso II, letra d), o in-

cluso anteprojeto de lei, elaborado pela Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e aprovado em sessão Plenária deste Tribunal de Justiça.

A exposição de motivos, que a este também acompanha, elucida os critérios adotados para as alterações propostas, que se fazem necessárias à melhor administração da justiça no Estado.

Solicitando de Vossa Excelência, destarte, a costumeira atenção, aproveito o ensejo para reiterar-lhe, Senhor Deputado, os meus protestos de elevada estima e consideração.

(a) MÁRIO LOPES DOS SANTOS
Presidente

Exposição de Motivos

O anteprojeto de lei que objetiva alterações no Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado tem por escopo dotar a justiça dos mecanismos indispensáveis à sua administração, que correspondam às atuais necessidades da população paranaense.

A Comissão de Organização e Divisão Judiciárias valeu-se não só de dados estatísticos referentes ao serviço forense, como também de critérios objetivos e legais, para a criação de comarcas e varas nas comarcas já existentes.

As dezoito comarcas que se pretende sejam criadas foram desmembradas de outras, considerando-se a posição geográfica de cada uma delas, a população atual e projeção para os próximos anos, a distância que as separam, atualmente, da sede da comarca a que pertencem, e outros critérios, visando, sempre e com prioridade, o interesse da comunidade, cujas condições foram constatadas em visitas efetuadas pelos membros da referida Comissão e por esta Presidência.

A criação de varas, aumentando as já existentes na Comarca de Curitiba e em diversas Comarcas do interior do Estado, encontra justificativa no acúmulo exacerbado de processos existentes, resultante do crescimento acentuado do movimento forense, fato que vem impedindo a mais pronta e justa distribuição da Justiça.

Prevê, em resumo, o anteprojeto, a criação de 26 novas varas em Curitiba e 48 em outras comarcas do interior do Estado, com a elevação da Comarca de Foz do Iguaçu, de entrância intermediária para entrância final, e das Comarcas de Chopininho, Dois Vizinhos, Faxinal e Ubatã, de entrância inicial para entrância intermediária, o que se justifica pela atual posição sócio-econômica daqueles municípios no cenário estadual.

Em consequência da criação de comarcas e varas, foram criados os respectivos ofícios de justiça, com os cargos inerentes,

bem como outros serviços auxiliares, imprescindíveis ao funcionamento do serviço judiciário.

Ante o exposto, analisada e aprovada a matéria como o foi pelo Tribunal de Justiça, referendando proposição da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias, resta a esta Presidência registrar, de um lado, a importância e necessidade da proposta e, de outro, enfatizar a urgência da colimada solução.

O acolhimento da pretensão que suprirá defasagem de há muito sentida resultará, também, numa prestação jurisdicional mais rápida e, destarte, mais justa, com reflexo positivo no próprio conceito do Poder Judiciário perante a comunidade. Além e acima disso, estará o Estado, por seus poderes, propiciando condições para a realização de sua meta precípua: o bem comum.

Estas as considerações e justificativas que incumbiam à Presidência do Tribunal de Justiça, ao encaminhar o incluso anteprojeto.

(a) MÁRIO LOPES DOS SANTOS
Presidente

ANTEPROJETO DE LEI

SÚMULA: Altera dispositivos da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980 (Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado) e adota outras providências.

Art. 1º - Os dispositivos adiante enumerados, da Lei nº 7.297, de 8 de janeiro de 1980, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 41 - A magistratura na primeira instância é constituída de:

- I- Juiz Substituto;
 - II- Juiz de Direito de entrância inicial;
 - III- Juiz de Direito de entrância intermediária;
 - IV- Juiz de Direito Substituto;
 - V- Juiz de Direito de entrância final;
- § 1º - O Juiz substituto terá sede na comarca que encabeçar a seção respectiva.
- § 2º - O Juiz de Direito Substituto terá sede em comarca de entrância final.

§ 3º - Na Comarca de Curitiba, além dos Juizes de Direito Substitutos das seções judiciárias, haverá mais quatro (4) que podem ser designados para auxiliar o Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor da Justiça.

TÍTULO II Dos Juizes Substitutos CAPÍTULO I

Da Nomeação, Remoção e Permuta

Art. 42 - Os Juizes Substitutos serão

nomeados pelo prazo de dois (2) anos, mediante concurso de provas e títulos, perante Comissão Examinadora integrada pelo Presidente do Tribunal de Justiça, Corregedor da Justiça, representante da Ordem dos Advogados do Brasil e três (3) Desembargadores indicados pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

§ 1º - Antes de decorrido o biênio de estágio e desde que seja apresentada proposta do Órgão Especial do Tribunal de Justiça ao Chefe do Poder Executivo, tomada pelo voto de dois terços (2/3) de seus membros efetivos, para o respectivo ato de exoneração, o Juiz Substituto ficará automaticamente afastado de suas funções e perderá o direito a vitaliciedade, ainda que o mesmo ato de exoneração seja assinado após o decurso daquele período.

§ 2º - A remoção, de uma para outra seção judiciária e a permuta de Juizes Substitutos, far-se-ão, mediante ato do Presidente do Tribunal de Justiça, depois da aprovação pelo Órgão Especial.

Art. 52 - O Juiz de Direito Substitutos poderá ser designado excepcionalmente, para responder cumulativamente com o juiz titular da vara.

Art. 62 - Compete ao Tribunal do Júri o julgamento dos crimes dolosos contra a vida e dos que lhes forem conexos, consumados ou tentados.

§ 1º - Nas comarcas onde houver mais de uma vara criminal, exceto a comarca de Londrina, os processos de competência do Tribunal do Júri, serão definidos por distribuição. Pronunciado o réu os autos serão remetidos ao Presidente do Tribunal de Júri para julgamento.

§ 2º - Na Comarca de Curitiba, os processos de competência do Tribunal do Júri serão, por distribuição instruídos, pronunciados, preparados e julgados pelas duas varas privativas.

Art. 89 - Os magistrados terão direito a sessenta (60) dias de férias anuais, coletivas ou individuais.

§ 1º - Os Desembargadores do Tribunal de Justiça e os Juizes do Tribunal de Alçada gozarão férias coletivas, nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho.

§ 2º - Os Presidentes e Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada, o Corregedor da Justiça e os membros da Câmara de Férias gozarão, individualmente, trinta (30) dias consecutivos por semestre.

§ 3º - Os Juizes de Direito titulares gozarão férias coletivas, nos períodos indicados no § 1º.

§ 4º - Os Juizes de Direito substituto e os Juizes Substitutos gozarão férias individuais conforme escala referente a cada classe, organizada pelo Presidente do Tri-

ibunal de Justiça.

§ 5º - As férias deverão ser gozadas, obrigatoriamente, no ano, salvo motivo de interesse da justiça.

§ 6º - As férias individuais, não podem fracionar-se em períodos inferiores a trinta (30) dias e somente podem acumular-se por imperiosa necessidade de serviço pelo máximo de dois (2) meses.

§ 7º - O Tribunal de Justiça e o Tribunal de Alçada iniciarão e encerrarão seus trabalhos, respectivamente, no primeiro e último dias úteis de cada período.

§ 8º - É vedado o afastamento do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Alçada ou de qualquer de seus órgãos judicantes, em gozo de férias individuais, no mesmo período, de juízes em número que possa comprometer o quorum de julgamento.

Art. 99 - Os Juizes de Direito das comarcas de entrância final, serão substituídos pelos Juizes de Direito substitutos, da respectiva seção judiciária, ou por designação do Presidente do Tribunal de Justiça que, excepcionalmente, poderá se valer de Juizes Substitutos.

Art. 101. A substituição, por motivo de férias, licença, afastamento, impedimento e vacância do cargo pelos Juizes de Direito Substitutos e Juizes Substitutos, nas seções respectivas, será automática e comunicada, incontinenti, ao Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 102 - Os Juizes Substitutos substituirão ordinariamente, os Juizes de Direito das comarcas que compuserem a respectiva seção judiciária.

§ 1º - O Presidente do Tribunal de Justiça, por imperiosa necessidade do serviço, poderá determinar que o Juiz Substituto de uma Seção Judiciária substitua em outra.

§ 2º - Nos casos de impedimento, de suspeição ou conforme as exigências do serviço, as substituições poderão ser exercidas por Juiz de Direito, sem prejuízo de suas funções, mediante designação do Presidente do Tribunal de Justiça.

Art. 108 - Exceto nas comarcas de entrância final, não poderão servir, conjuntamente, na mesma comarca, como Juiz de Direito, Juiz Substituto e Serventuários, os que sejam parentes até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, consanguíneos ou afins.

Art. 130 - O procedimento para a perda do cargo ou demissão terá início por determinação do Órgão Especial, de ofício ou mediante representação fundamentada do Poder Executivo ou seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1º - Em qualquer hipótese, a instauração do processo proceder-se-á da defesa prévia do magistrado, no prazo de quinze (15) dias, contado da entrega da cópia do

teor de acusação e das provas existentes, que lhe remetera o Presidente do Tribunal, mediante ofício, nas quarenta e oito (48) horas imediatamente seguintes a apresentação da acusação.

§ 2º - Findo o prazo da defesa prévia, haja ou não sido apresentada, o Presidente, no dia útil imediato, convocará o Órgão Especial para que, em sessão secreta, decida sobre a instauração do processo e, caso determinada esta, no mesmo dia distribuirá o feito e fará entregá-lo ao relator.

§ 3º - O Órgão Especial na sessão em que ordenar a instauração do processo, como no curso dele, poderá afastar o magistrado do exercício de suas funções, sem prejuízo dos vencimentos e das vantagens, até a decisão final.

§ 4º - As provas requeridas e deferidas, bem como as que o relator determinar de ofício, serão produzidas no prazo de vinte (20) dias, cientes o Ministério Público, o magistrado ou o procurador por ele constituído, a fim de que possam delas participar.

§ 5º - Finda a instrução, o Ministério Público e o magistrado ou seu procurador terão, sucessivamente, vista dos autos por dez (10) dias, para razões.

§ 6º - O julgamento será realizado em sessão secreta do Órgão Especial, depois do relatório oral, e a decisão no sentido de apenar o magistrado só será tomada pelo voto de dois terços dos membros do colegiado, em escrutínio secreto.

§ 7º - Da decisão publicar-se-á somente a conclusão.

§ 8º - Se a decisão concluir pela perda do cargo, será comunicada, imediatamente ao Poder Executivo, para a formalização do ato.

§ 9º - O afastamento de que trata o 3º, deste artigo poderá ser antecipado por ato do Presidente do Tribunal de Justiça, ad referendum, sempre que assim determinar o interesse do Poder Judiciário e da comunidade.

Art. 156 - Os funcionários das secretarias do Tribunal de Justiça e de Alçada tomarão posse perante o Presidente do Tribunal respectivo.

Art. 157 - As secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada manterão cadastro de seus servidores, devendo nele ser anotada toda e qualquer alteração da carreira funcional.

Art. 158 - A organização das secretarias dos Tribunais de Justiça e de Alçada será estabelecida por regulamentos próprios que disciplinarão as atribuições do pessoal respectivo.

Art. 165 - A remoção ou a permuta poderão ser concedidas aos oficiais maiores e escreventes juramentados, mediante con-

condância do titular ou titulares, conforme o caso.

Art. 207 - A prestação jurisdicional no Estado é exercida pelas seguintes autoridades judiciárias, segundo a competência prevista neste Código:

- I - 27 Desembargadores;
- II - 25 Juizes do Tribunal de Alçada;
- III - 185 Juizes de Direito de Entrância final, sendo:
 - a) 138 Titulares de varas;
 - b) 47 Juizes de Direito substitutos;
- IV - 134 Juizes de Direito de entrância intermediária;
- V - 103 Juizes de Direito de entrância inicial;
- VI - 43 Juizes Substitutos;
- VII - Juizes de Paz: tantos quantos forem os distritos judiciários.

Art. 208 - As comarcas, segundo a importância do movimento forense, densidade demográfica, situação geográfica, posição como sede de seção judiciária, são classificadas em três entrâncias: inicial, intermediária e final.

Parágrafo Único - As comarcas se agrupam em seções judiciárias e são integradas por distritos judiciários.

Art. 209 - É a seguinte a classificação das comarcas:

- I - De entrância final: 1) Cascavel; 2) Curitiba; 3) Foz do Iguaçu; 4) Londrina; 5) Maringá; 6) Ponta Grossa.
- II - De entrância intermediária: 1) Apucarana; 2) Arapongas; 3) Araucária; 4) Assis Chateaubriand; 5) Astorga; 6) Bandeirantes; 7) Bela Vista do Paraíso; 8) Cambé; 9) Campo Largo; 10) Campo Mourão; 11) Capanema; 12) Castro; 13) Chopinzinho; 14) Cianorte; 15) Colombo; 16) Cornélio Procopio; 17) Cruzeiro do Oeste; 18) Dois Vizinhos; 19) Farinal; 20) Francisco Beltrão; 21) Goioerê; 22) Guaíra; 23) Guarapuava; 24) Ibaiti; 25) Ibiporã; 26) Irati; 27) Ivaiporã; 28) Jacarezinho; 29) Lapa; 30) Laranjeiras do Sul; 31) Loanda; 32) Marechal Cândido Rondon; 33) Medianeira; 34) Nova Esperança; 35) Palmas; 36) Paranaguá; 37) Paranavaí; 38) Pato Branco; 39) Peabiru; 40) Piraquara; 41) Pitanga; 42) Rio Branco do Sul; 43) Rio Negro; 44) Rolândia; 45) Santo Antônio da Platina; 46) Santo Antônio do Sudoeste; 47) São José dos Pinhais; 48) Telêmaco Borba; 49) Toledo; 50) Ubatuba; 51) Umuarama; 52) União da Vitória; 53) Wenceslau Braz.
- III - De entrância inicial: 1) Altônia; 2) Alto Paraná; 3) Alto Piquiri; 4) Andaraí; 5) Antonina; 6) Arapoti; 7) Assaí; 8) Barbosa Ferraz; 9) Barracão; 10) Biturama; 11) Bocaiuva do Sul; 12) Cambará; 13) Campina da Lagoa; 14) Cândido de Abreu; 15) Capitão Leônidas Marques; 16) Carlópolis; 17) Catanduvas; 18) Centenário do Sul; 19) Cerro Azul; 20) Céu Azul; 21)

Cidade Gaúcha; 22) Clevelândia; 23) Colôrado; 24) Congonhinhas; 25) Corbélia; 26) Coronel Vivida; 27) Curiúva; 28) Engenheiro Beltrão; 29) Formosa do Oeste; 30) Francisco Alves; 31) General Carneiro; 32) Grandes Rios; 33) Guaraniaçu; 34) Guaratuba; 35) Icaraíma; 36) Imbituba; 37) Ipiranga; 38) Iporã; 39) Iretama; 40) Jaguapitã; 41) Jaguariúva; 42) Jandaia do Sul; 43) Jardim Alegre; 44) Joaquim Távora; 45) Mallet; 46) Mamborê; 47) Mandaguacu; 48) Mandaguari; 49) Mandirituba; 50) Mangueirinha; 51) Manoel Ribas; 52) Marialva; 53) Marilândia do Sul; 54) Matelândia; 55) Morretes; 56) Nova Aurora; 57) Nova Fátima; 58) Nova Londrina; 59) Ortigueira; 60) Palmeira; 61) Palmital; 62) Palotina; 63) Paraíso do Norte; 64) Paranacity; 65) Pérola; 66) Pinhão; 67) Piraí do Sul; 68) Porecatu; 69) Primeiro de Maio; 70) Prudentópolis; 71) Quedas do Iguaçu; 72) Realeza; 73) Rebouças; 74) Reserva; 75) Ribeirão Claro; 76) Ribeirão do Pinhal; 77) Roncador; 78) Salto do Lontra; 79) Santa Cruz do Monte Castelo; 80) Santa Helena; 81) Santa Isabel do Ivaí; 82) Santa Mariana; 83) São Jerônimo da Serra; 84) São João; 85) São João do Caiuá; 86) São João do Ivaí; 87) São João do Triunfo; 88) São Mateus do Sul; 89) São Miguel do Iguaçu; 90) Sarandi; 91) Sengés; 92) Sertãozinho; 93) Siqueira Campos; 94) Teixeira Soares; 95) Terra Boa; 96) Terra Rica; 97) Terra Roxa; 98) Tibagi; 99) Tomazina; 100) Três Barras do Paraná; 101) Uraí; 102) Verê; 103) Xambrê.

Art. 210 - São as seguintes as Seções Judiciárias:

- 1.^a - Comarca de Curitiba: 1.^a, 2.^a e 3.^a Varas Cíveis;
- 2.^a - Comarca de Curitiba: 4.^a, 5.^a e 6.^a Varas Cíveis;
- 3.^a - Comarca de Curitiba: 7.^a, 8.^a e 9.^a Varas Cíveis;
- 4.^a - Comarca de Curitiba: 10.^a, 11.^a e 12.^a Varas Cíveis;
- 5.^a - Comarca de Curitiba: 13.^a, 14.^a e 15.^a Varas Cíveis;
- 6.^a - Comarca de Curitiba: 16.^a, 17.^a e 18.^a Varas Cíveis;
- 7.^a - Comarca de Curitiba: 19.^a, 20.^a e 21.^a Varas Cíveis;
- 8.^a - Comarca de Curitiba: 22.^a, 23.^a e 24.^a Varas Cíveis;
- 9.^a - Comarca de Curitiba: 25.^a, 26.^a e 27.^a Varas Cíveis;
- 10.^a - Comarca de Curitiba: 28.^a, 29.^a e 30.^a Varas Cíveis;
- 11.^a - Comarca de Curitiba: 31.^a Vara Cível e 7.^a Vara da Família;
- 12.^a - Comarca de Curitiba: 1.^a e 2.^a Varas da Família;
- 13.^a - Comarca de Curitiba: 3.^a e 4.^a Varas da Família;
- 14.^a - Comarca de Curitiba: 5.^a e 6.^a

Varas da Família;

15.^a - Comarca de Curitiba: 1.^a, 2.^a e 3.^a Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

16.^a - Comarca de Curitiba: 4.^a, 5.^a e 6.^a Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

17.^a - Comarca de Curitiba: 1.^a e 2.^a Varas de Registros Públicos;

18.^a - Comarca de Curitiba: 1.^a e 2.^a Varas de Menores;

19.^a - Comarca de Curitiba: 1.^a e 2.^a Varas de Execuções Penais;

20.^a - Comarca de Curitiba: 1.^a Vara de Delitos de Trânsito, 1.^a e 2.^a Varas Criminais;

21.^a - Comarca de Curitiba: 2.^a Vara de Delitos de Trânsito, 3.^a e 4.^a Varas Criminais;

22.^a - Comarca de Curitiba: 3.^a Vara de Delitos de Trânsito, 5.^a e 6.^a Varas Criminais;

23.^a - Comarca de Curitiba: 4.^a Vara de Delitos de Trânsito, 7.^a e 8.^a Varas Criminais;

24.^a - Comarca de Curitiba: 5.^a Vara de Delitos de Trânsito, 9.^a e 10.^a Varas Criminais;

25.^a - Comarca de Curitiba: 6.^a Vara de Delitos de Trânsito, 11.^a e 12.^a Varas Criminais;

26.^a - Comarca de Curitiba: 1.^a e 2.^a Varas do Tribunal do Júri, 13.^a e 14.^a Varas Criminais;

27.^a - Comarca de Curitiba: Vara de Auditoria da Justiça Militar, 15.^a e 16.^a Varas Criminais;

28.^a - Comarca de Curitiba: Varas de Precatórias Cíveis e Criminais;

29.^a - Comarca de Londrina: 1.^a, 2.^a, 3.^a e 4.^a Varas Cíveis;

30.^a - Comarca de Londrina: 4.^a, 5.^a, 6.^a e 7.^a Varas Cíveis;

31.^a - Comarca de Londrina: 7.^a, 8.^a, 9.^a e 10.^a Varas Cíveis;

32.^a - Comarca de Londrina: 1.^a, 2.^a e 7.^a Varas Criminais;

33.^a - Comarca de Londrina: 4.^a, 5.^a e 6.^a Varas Criminais e Varas de Menores;

34.^a - Comarca de Londrina: 1.^a, 2.^a e 3.^a Varas de Família, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos;

35.^a - Comarca de Maringá: 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a Varas Cíveis;

36.^a - Comarca de Maringá: 6.^a e 7.^a

Varas Cíveis, 1.^a e 2.^a Varas de Famílias, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos e Vara de Menores;

37.^a - Comarca de Maringá: 1.^a, 2.^a, 3.^a, 4.^a e 5.^a Varas Criminais;

38.^a - Comarca de Ponta Grossa: 1.^a, 2.^a e 3.^a Varas Cíveis e as Varas de Família;

39.^a - Comarca de Ponta Grossa: 4.^a e 5.^a Varas Cíveis e as Varas Criminais;

40.^a - Comarca de Cascavel: Varas Cíveis;

41.^a - Comarca de Cascavel: Varas Criminais e Vara de Família;

42.^a - Comarca de Foz do Iguaçu: Varas Cíveis;

43.^a - Comarca de Foz do Iguaçu: Varas Criminais e Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

44.^a - Comarcas de Campo Mourão e Marabá;

45.^a - Comarcas de Umuarama e Icaraíma;

46.^a - Comarca de Guarapuava: Varas Cíveis;

47.^a - Comarca de Guarapuava: Varas Criminais, Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial, e Comarca de Pinhão;

48.^a - Comarcas de Paranaguá, Antonina, Guaratuba e Morretes;

49.^a - Comarca de Paranavaí;

50.^a - Comarca de Pato Branco;

51.^a - Comarca de São José dos Pinhais;

52.^a - Comarcas de Apucarana, Jandaia do Sul, Mandaguari, Marialva e Sarandi;

53.^a - Comarcas de Cianorte, Engenheiro Beltrão, Peabiru e Terra Boa;

54.^a - Comarcas de Medianeira, Cêu Azul, Matelândia e São Miguel do Iguaçu;

55.^a - Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza, Salto do Lontra e Verê;

56.^a - Comarcas de Piraquara, Rio Branco do Sul, Bocaiuva do Sul e Cerro Azul;

57.^a - Comarcas de Chopinzinho, Coronel Vivida, Mangueirinha e São João;

58.^a - Comarcas de Rolândia, Cambé e Jaguapitã;

59.^a - Comarcas de Araucária e Colombo;

60.^a - Comarcas de Assis Chateaubriand, Alto Piquiri, Formosa do Oeste, Nova Aurora e Palotina;

61.^a - Comarcas de Cornélio Procopio, Assaí, Congonhinhas, Nova Fátima e Uraí;

62.^a - Comarcas de Guaíra, Altônia, Francisco Alves, Iporã, Pérola, Terra Roxa e Xambrê;

63.^a - Comarcas de Ivaiporã, Barbosa

Ferraz, Jardim Alegre, Manoel Ribas e São João do Ivaí;

64.^a - Comarcas de Jacarezinho, Carlópolis e Ribeirão Claro;

65.^a - Comarcas de Laranjeiras do Sul, Catanduvas, Guaraniaçu, Quedas do Iguaçu e Três Barras do Paraná;

66.^a - Comarcas de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena;

67.^a - Comarcas de União da Vitória, Bituruna, General Carneiro e São Mateus do

Sul;

68.^a - Comarcas de Bandeirantes, Andirá, Cambará e Santa Mariana;

69.^a - Comarcas de Ibiporã, Bela Vista do Paraíso, Primeiro de Maio e Sertãoópolis;

70.^a - Comarcas de Campo Largo, Palmeira e São João do Triunfo;

71.^a - Comarcas de Castro, Jaguariaíva, Pirai do Sul e Sengés;

72.^a - Comarcas de Cruzeiro do Oeste, Cidade Gaúcha e Goioerê;

73.^a - Comarcas de Irati, Imbituva, Ipiranga, Mallet, Prudentópolis, Rebouças e Teixeira Soares;

74.^a - Comarcas da Lapa, Mandirituba e Rio Negro;

75.^a - Comarcas de Loanda, Nova Londrina, Santa Cruz do Monte Castelo, Santa Isabel do Ivaí e Terra Rica;

76.^a - Comarcas de Nova Esperança, Alto Paraná, Mandaguáçu, Paraíso do Norte, Paranacity e São João do Caiuá;

77.^a - Comarcas de Santo Antônio da Platina, Joaquim Távora e Ribeirão do Pinhal;

78.^a - Comarcas de Santo Antônio do Sudoeste, Barracão, Capanema e Capitão Leônidas Marques;

79.^a - Comarcas de Telêmaco Borba, Cândido de Abreu, Ortigueira, Reserva e Tibagi;

80.^a - Comarcas de Wenceslau Braz, Arapoti, Siqueira Campos e Tomazina;

81.^a - Comarcas de Farinal, Grandes Rios e Marilândia do Sul;

82.^a - Comarcas de Pitanga, Iretama, Palmital e Roncador;

83.^a - Comarcas de Palmas e Clevelândia;

84.^a - Comarcas de Ubiratã, Campina da Lagoa e Corbélia;

85.^a - Comarcas de Ibaiti, Curiúva e São Jerônimo da Serra;

86.^a - Comarcas de Arapongas, Astorga, Centenário do Sul, Colorado e Porecatu;

Art. 211 - As Comarcas e seus distritos são os seguintes:

01 - ALTÔNIA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de São Jorge do Patrocínio (Município do mesmo nome);

02 - ALTO PARANÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Maria e Maristela (Município de Alto Paraná);

03 - ALTO PIQUIRI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Brasilândia, Paulistânia, Mirante do Piquiri e Saltinho do Oeste (Município de Alto Piquiri);

04 - ANDIRÁ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itamaracá e Barra do Jacaré (Municípios do mesmo nome);

05 - ANTONINA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraqueçaba e Ararapira (Município de Guaraqueçaba);

06 - APUCARANA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pirapó e São Pedro (Município de Apucarana), de Cambira e Itacolomi (Município de Cambira);

07 - ARAPONGAS: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sabáudia e Bom Progresso (Município de Sabáudia);

08 - ARAPOTI: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Calógeras e Caratuva (Município de Arapoti);

09 - ARAUCÁRIA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guajuvira (Município de Araucária);

10 - ASSAÍ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nova América da Colina e São Sebastião da Amoreira (Municípios do mesmo nome);

11 - ASSIS CHATEAUBRIAND: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bragantina (Município de Assis Chateaubriand) e Tupãssi (Município do mesmo nome);

12 - ASTORGA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Zelía, Içara e Tupinambá (Município de Astorga), Munhoz de Mello e Fernão Dias (Município de Munhoz de Mello), Iguaracu e Angulo (Município de Iguaracu), Santa Fé e Flórida (Municípios do mesmo nome);

13 - BANDEIRANTES: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nossa Senhora da Candelária (Município de Bandeirantes), e Santa Amélia (Município do mesmo nome);

14 - BARBOSA FERRAZ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ourilândia, Pocinho, Teresa Breda (Município de Barbosa Ferraz) e Corumbataí do Sul (Município do mesmo nome);

15 - BARRACÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Salgado Filho, São Sebastião da Bela Vista e Flor da Serra (Município de Salgado Filho);

16 - BELA VISTA DO PARAÍSO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Margarida (Município de Bela Vista do Paraíso), Alvorada do Sul e Esperança do Norte (Município de Alvorada do Sul);

17 - BITURUNA: compreendendo o distrito e a sede;

18 - BOCAIÚVA DO SUL: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marquês de Abrantes (Município de Bocaiúva do Sul) e de Adrianópolis (Município do mesmo nome);

19 - CAMBARÁ: compreendendo o Distrito da sede;

20 - CAMBÉ: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Prata (Município de Cambé);

21 - CAMPINA DA LAGOA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bela Vista do Piquiri e Herveira (Município de Campina da Lagoa), Nova Cantu, Geremias

Lunardelli e Santo Rei (Município de Nova Cantu) e Altamira do Paraná (Município do mesmo nome);

22 - CAMPO LARGO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Três Córregos e Bateias (Município de Campo Largo), Balsa Nova e São Luiz do Purunã (Município de Balsa Nova);

23 - CAMPO MOURÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Farol e Piquirivai (Município de Campo Mourão), Luiziana (Município de Luiziana), Janiópolis e Arapuã (Município de Janiópolis);

24 - CÂNDIDO DE ABREU: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Teresa Cristina e Três Bicos (Município de Cândido de Abreu);

25 - CAPANEMA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz, Alto Faraday e Cristo Rei (Município de Capanema), Pérola D'Oeste, Bela Vista e Concórdia (Município de Pérola D'Oeste), Planalto, Centro Novo e Valério (Município de Planalto);

26 - CAPITÃO LEONIDAS MARQUES: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Lúcia (Município de Capitão Leonidas Marques) e Boa Vista da Aparecida (Município do mesmo nome);

27 - CARLÓPOLIS - compreendendo o Distrito da sede;

28 - CASCAVEL - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Lindoeste e Santa Teresa (Município de Cascavel);

29 - CASTRO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sovação, Abapã e Carambei (Município de Castro);

30 - CATANDUVAS - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Ibema (Município de Catanduvas);

31 - CENTENÁRIO DO SUL - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Lupionópolis e Cafeara (Municípios do mesmo nome);

32 - CERRO AZUL - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Sebastião e Varzeão (Município de Cerro Azul);

33 - CÉU AZUL - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Vera Cruz do Oeste (Município do mesmo nome);

34 - CHOPINZINHO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz D'Oeste, São Francisco e Saudades (Município de Chopinzinho), e Sulina (Município do mesmo nome);

35 - CIANORTE - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Lourenço (Município de Cianorte), Indianópolis e São Manoel (Município de Indianópolis), Jussara, São Tomé e Japurá (Municípios do mesmo nome);

36 - CIDADE GAÚCHA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Rondon e Bernardelli (Município de Rondon), Guaporema, Tapira e Nova Olímpia (Municípios

do mesmo nome);

37 - CLEVELÂNDIA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Luiz e Cel. Firmino Martins (Município de Clevelândia), Mariópolis (Município do mesmo nome);

38 - COLOMBO - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guaraituba (Município de Colombo);

39 - COLORADO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alto Alegre (Município de Colorado), Nossa Senhora das Graças e Mendeslândia (Município de Nossa Senhora das Graças), Itaguagé, Lobato, Santa Inês e Santo Inácio (Municípios do mesmo nome);

40 - CONGONHINHAS - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Francisco do Imbaú (Município de Congonhinhas), Santo Antônio do Paraíso e São Judas Tadeu (Município de Santo Antônio do Paraíso);

41 - CORBÉLIA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Anahy (Município de Corbélia), Braganey e Cafelândia (Municípios do mesmo nome);

42 - CORNÉLIO PROCÓPIO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Congonhas (Município de Cornélio Procópio), Leopoldo e Jardimópolis (Município de Leopoldo); Paranagi e de Sertaneja (Município de Sertaneja);

43 - CORONEL VIVIDA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Vista Alegre (Município de Coronel Vivida);

44 - CRUZEIRO DO OESTE - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Silvestre (Município de Cruzeiro do Oeste), Mariluz e São Luiz (Município de Mariluz), Tapejara e Bela Vista do Tapiraçu (Município de Tapejara), Tuneiras do Oeste, Aparecida do Oeste e Marabá (Município de Tuneiras do Oeste);

45 - CURITIBA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cajuru, Portão, Santa Felicidade, Santa Quitéria, São Casemiro do Taboão, Tatuquara, Umbará, Uberaba, Boqueirão, Campo Comprido, Mercês, Pinheirinho, Bacacheri e Barreirinha (Município de Curitiba);

46 - CURIÚVA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alecrim (Município de Curiúva), Figueira e Sapopema (Municípios do mesmo nome);

47 - DOIS VIZINHOS - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu (Município de Dois Vizinhos), São Jorge D'Oeste, Doutor Antônio Paranhos, Iolópolis e Sede Nova Sant'Ana (Município de São Jorge D'Oeste);

48 - ENGENHEIRO BELTRÃO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Triângulo, Sertãozinho, Figueira do Oeste, Ivailândia e Sussui (Município de Enge-

nheiro Beltrão), Fenix, Bela Vista do Ivaí e Porteira Preta (Município de Fenix) e Quinta do Sol (Município do mesmo nome);

49 - FAXINAL - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzmaltina, Nova Altamira, São Domingos e Vila Diniz (Município de Farinal) e Borrazópolis (Município do mesmo nome);

50 - FORMOSA DO OESTE - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Iracema (Município de Formosa do Oeste), Jesuítas (Município do mesmo nome);

51 - FOZ DO IGUAÇU - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santa Teresinha do Itaipu (Município do mesmo nome);

52 - FRANCISCO ALVES - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Rio Bonito (Município de Francisco Alves);

53 - FRANCISCO BELTRÃO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Nova Concórdia (Município de Francisco Beltrão), Enéas Marques, Pinhalzinho, Nova Esperança e Vista Alegre (Município de Enéas Marques), Renascença, Baulândia e Canela (Município de Renascença), Marmeleiro (Município do mesmo nome);

54 - GENERAL CARNEIRO - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Jangada do Sul (Município de General Carneiro);

55 - GOIOERÊ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaracatia, Quarto Centenário e Rancho Alegre D'Oeste (Município de Goioerê) e Moreira Salles e Paraná do Oeste (Município de Moreira Salles);

56 - GRANDES RIOS - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ribeirão Bonito, Rio Branco (Município de Grandes Rios), e Rosário (Município do mesmo nome);

57 - GUAÍRA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Doutor Oliveira Castro (Município de Guaira);

58 - GUARAPUAVA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Campina do Simão, Paz, Carro Quebrado, Palmeirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão, Guará e Jordão (Município de Guarapuava), Cantagalo, Marquinho, Pinhalzinho e Goioxim (Município de Cantagalo), Turvo (Município do mesmo nome);

59 - GUARANIAÇU - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bormann, Diamante, Guaporé (Município de Guaraniaçu), e Campo Bonito (Município do mesmo nome);

60 - GUARATUBA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pedra Branca do Araraquara (Município de Guaratuba) e Matinhos (Município do mesmo nome);

61 - IBAITI - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Euzébio de Oliveira, Vila Guay, Vassoural e Amorinha (Município de Ibaiti), Japira e Novo Jar-

dim (Município de Japira), e Conselheiro Mayrinck (Município do mesmo nome);

62 - IBIPORÁ - compreendendo o distrito da sede;

63 - ICARAÍMA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Porto Camargo e Villa Rica do Ivaí (Município de Icaraíma);

64 - IMBITUVA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guamiranga e Apiabá (Município de Imbituva);

65 - IPIRANGA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí);

66 - IPORÁ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cafezal e Oroite, Jangada, Nilza e Guaiporã (Município de Iporã);

67 - IRATI - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guarimirim e Cadeadinho (Município de Irati), Inácio Martins (Município do mesmo nome);

68 - IRETAMA - compreendendo o Distrito da sede;

69 - IVAIPORÁ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Arapuã, Romeópolis, Alto Porã, Ariranha e Jacutinga (Município de Ivaiporã);

70 - JACAREZINHO - compreendendo o Distrito da sede;

71 - JAGUAPITÁ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraci e Bentópolis (Município de Guaraci);

72 - JAGUARIAÍVA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Eduardo Xavier da Silva (Município de Jaguariaíva);

73 - JANDAIA DO SUL - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São José (Município de Jandaia do Sul), Kaloré e Juciara (Município de Kaloré), Bom Sucesso, Marumbi e São Pedro do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

74 - JARDIM ALEGRE - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Lidianópolis (Município de Jardim Alegre);

75 - JOAQUIM TÁVORA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Joá e São Roque do Pinhal (Município de Joaquim Távora), Quatiguá e Guapirama (Município do mesmo nome);

76 - LAPA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Água Azul (Município da Lapa), Contenda e Catanduvas do Sul (Município de Contenda), Antônio Olineto (Município do mesmo nome);

77 - LARANJEIRAS DO SUL - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Herveira, Vila Nova, Laranjeira, Virmond, Rio Bonito, Barreirinho, Rio da Prata, Porto Santana e Guarani (Município de Laranjeiras do Sul);

78 - LOANDA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Pedro do Paraná e Porto São José (Município de São Pedro do Paraná), e Porto Rico (Município

do mesmo nome);

79 - LONDRINA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaravera, Irerê, Lerro Ville, Paiquerê, São Luiz, Tamarana, Maravilha e Warta (Município de Londrina);

80 - MALLET - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Dorizon e Rio Claro do Sul (Município de Mallet), Paulo Frontin e Vera Guarani (Município de Paulo Frontin);

81 - MAMBORE - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Boa Esperança (Município do mesmo nome);

82 - MANDAGUAÇU - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pulitópolis (Município de Mandaguaçu), São Jorge do Ivaí e Copacabana do Norte (Município de São Jorge do Ivaí), Ourizona (Município do mesmo nome);

83 - MANDAGUARI - compreendendo o distrito da sede;

84 - MANDIRITUBA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba), Piên e Agudos do Sul (Municípios do mesmo nome);

85 - MANGUEIRINHA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários do Covó e Honório Serpa (Município de Mangueirinha);

86 - MANOEL RIBAS - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Barra de Santa Salete (Município de Manoel Ribas);

87 - MARECHAL CÂNDIDO RONDON - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Margarida, Porto Mendes, Pato Bragado, Nova Mercedes, Quatro Pontes e Entre Rios (Município de Marechal Cândido Rondon);

88 - MARIALVA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aquidaban, São Miguel do Cambuí e Santa Fé do Pirapó (Município de Marialva), e Itambé, (Município do mesmo nome);

89 - MARILÂNDIA DO SUL - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mauá da Serra e Nova Amoreira (Município de Marilândia do Sul), Rio Bom, Santo Antonio do Palmital (Município de Rio Bom) e Califórnia (Município do mesmo nome);

90 - MARINGÁ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Iguatemi e Florianópolis (Município de Maringá), Paigandu e Água Boa (Município de Paigandu), Doutor Camargo, Floresta e Ivatuba (Municípios do mesmo nome);

91 - MATELANDIA - compreendendo o distrito da sede;

92 - MEDIANEIRA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Flor da Serra e Jardinópolis (Município de Medianeira) e Missal (Município do mesmo nome);

93 - MORRETES - compreendendo o distrito da sede;

94 - NOVA AURORA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Palmitópolis

(Município de Nova Aurora);

95 - NOVA ESPERANÇA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barão de Lucena e Ivaitinga (Município de Nova Esperança), Florai e Nova Bilac (Município de Florai), Atalaia, Uniflor e Presidente Castelo Branco (Municípios do mesmo nome);

96 - NOVA FÁTIMA - compreendendo o Distrito da sede;

97 - NOVA LONDRINA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cintra Pimentel (Município de Nova Londrina), Itaúna do Sul, Marilena e Diamante do Norte (Municípios do mesmo nome);

98 - ORTIGUEIRA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Barreiro, Lajeado Bonito, Monjolinho e Natingui (Município de Ortigueira);

99 - PALMAS - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Coronel Domingos Soares, Francisco Frederico Teixeira Guimarães, Ubaldino Taques e Padre Ponciano (Município de Palmas);

100 - PALMEIRA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Papagaios Novos (Município de Palmeira) e Porto Amazonas (Município do mesmo nome);

101 - PALMITAL - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Laranjal (Município de Palmital);

102 - PALOTINA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Vila Maripá, São Camilo e Pérola Independente (Município de Palotina);

103 - PARAÍSO DO NORTE - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mirador e São Carlos do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

104 - PARANACITY - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Florópolis e Silva Jardim (Município de Parancity), Inajá, Paranapoema, Jardim Olinda e Cruzeiro do Sul (Municípios do mesmo nome);

105 - PARANAGUÁ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alexandra e Praia de Leste (Município de Paranaguá);

106 - PARANAVAÍ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Graciosa, Deputado José Afonso e Sumaré (Município de Paranavaí), Amaporã e Nordestina (Município de Amaporã), Guairaça, Tamboara e Nova Aliança do Ivaí (Municípios do mesmo nome);

107 - PATO BRANCO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Bom Sucesso (Município de Pato Branco) e Vitorino (Município do mesmo nome);

108 - PEABIRU - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Araruna e São Vicente (Município de Araruna);

109 - PÉROLA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Boa Esperança (Município de Pérola);

110 - PINHAO - compreendendo a sede e

os Distritos Judiciários de Reserva, Pedro Justosa e Bom Retiro (Município de Pinhão);

111 - PIRAI DO SUL - compreendendo o distrito da sede;

112 - PIRAQUARA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pinhais (Município de Piraquara), Campina Grande do Sul e Paiol de Baixo (Município de Campina Grande do Sul), Quatro Barras e Borda do Campo (Município de Quatro Barras);

113 - PITANGA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Boa Ventura, Nova Tebas, São José, Santa Maria, Mato Rico e Poema (Município de Pitanga);

114 - PONTA GROSSA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itaipococa, Guaragi, Piriquitos e Uvaia (Município de Ponta Grossa);

115 - PORECATU - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mirassellva e Prado Ferreira (Município de Mirassellva) e Florestópolis (Município do mesmo nome);

116 - PRIMEIRO DE MAIO - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Ibiaci (Município de Primeiro de Maio);

117 - PRUDENTÓPOLIS - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaciaba e Patos Velhos (Município de Prudentópolis);

118 - QUEDAS DO IGUAÇU - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Espigão Alto (Município de Quedas do Iguaçu);

119 - REALEZA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marmelândia (Município de Realeza), Santa Isabel do Oeste e Rio da Prata (Município de Santa Isabel do Oeste), Ampere (Município do mesmo nome);

120 - REBOUÇAS - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Rio Azul (Município do mesmo nome);

121 - RESERVA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de José Lacerda e Rio Novo (Município de Reserva);

122 - RIBEIRÃO CLARO - compreendendo o Distrito da sede;

123 - RIBEIRÃO DO PINHAL - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Abatiá e Jundiá do Sul (Município do mesmo nome);

124 - RIO BRANCO DO SUL - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Itaperaçu (Município de Rio Branco do Sul), Almirante Tamandaré, Campo Magro e Tranqueira (Município de Almirante Tamandaré);

125 - RIO NEGRO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Quitandinha e Lagoa Verde (Município de Quitandinha) e Campo do Tenente (Município do mesmo nome);

126 - ROLÂNDIA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Martinho, Pitangueiras e Nossa Senhora Apareci-

da (Município de Rolândia);

127 - RONCADOR - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Alto de São João (Município de Roncador);

128 - SALTO DO LONTRA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Nova Prata do Iguaçu (Município do mesmo nome);

129 - SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Querência do Norte (Município do mesmo nome);

130 - SANTA HELENA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Clemente (Município de Santa Helena), e São José das Palmeiras (Município do mesmo nome);

131 - SANTA IZABEL DO IVAÍ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Mônica e São José do Ivaí (Município de Santa Izabel do Ivaí) e Planaltina do Paraná (Município do mesmo nome);

132 - SANTA MARIANA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Panema e Quinzópolis (Município de Santa Mariana);

133 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Monte Real e Conselheiro Zacarias (Município de Santo Antônio da Platina);

134 - SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Pinhal de São Bento e São Pedro do Florido (Município de Santo Antônio do Sudoeste e Pranchita Município do mesmo nome);

135 - SÃO JERÔNIMO DA SERRA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São João do Pinhal e Terra Nova (Município de São Jerônimo da Serra), Santa Cecília do Pavão e Santa Bárbara (Município de Santa Cecília do Pavão);

136 - SÃO JOÃO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Paraíso, Dois Irmãos e Nova Lourdes (Município de São João);

137 - SÃO JOÃO DO CAIUÁ - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santo Antônio do Caiuá (Município do mesmo nome);

138 - SÃO JOÃO DO IVAÍ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Godoy Moreira e Ubaíma (Município de São João do Ivaí) e Lunardelli (Município do mesmo nome);

139 - SÃO JOÃO DO TRIUNFO - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Palmira (Município de São João do Triunfo);

140 - SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Borda do Campo de São Sebastião, Campo Largo da Roseira, Colônia Marici, Cachoeira de São José e São Marcos (Município de São José dos Pinhais) e Tijucas do Sul (Município do mesmo nome);

141 - SÃO MATEUS DO SUL - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Fluvópolis (Município de São Mateus do Sul);

142 - SÃO MIGUEL DO IGUAÇU - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Aparecidinha do Oeste e Aurora do Iguaçu (Município de São Miguel do Iguaçu);

143 - SARANDI - compreendendo o Distrito da sede;

144 - SENGES - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Reinópolis (Município de Sengés);

145 - SERTANÓPOLIS - compreendendo o Distrito da sede;

146 - SIQUEIRA CAMPOS - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Marimbondo (Município de Siqueira Campos), Salto do Itararé (Município do mesmo nome);

147 - TEIXEIRA SOARES - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Guaraúna (Município de Teixeira Soares);

148 - TELEMACO BORBA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Imbaú (Município de Telemaco Borba);

149 - TERRA BOA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Malu (Município de Terra Boa);

150 - TERRA RICA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Adhemar de Barros (Município de Terra Rica);

151 - TERRA ROXA - compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santa Rita D'Oeste (Município de Terra Roxa);

152 - TIBAGI - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alto Amparo e Ventania (Município de Tibagi);

153 - TOLEDO - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Novo Sarandi, Vila Nova, Ouro Verde e São Pedro (Município de Toledo), Nova Santa Rosa e Alto Santa Fé (Município de Nova Santa Rosa);

154 - TOMAZINA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sapé (Município de Tomazina), Pinhalão e Laurinha (Município de Pinhalão), Jaboti (Município do mesmo nome);

155 - TRÊS BARRAS DO PARANÁ - compreendendo o Distrito da sede;

156 - UBIRATA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Yolanda (Município de Ubatuba) e Juranda (Município do mesmo nome);

157 - UMUARAMA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Herculanópolis, Ivaté, Santa Eliza, Serra dos Dourados, Lovat, Perobal e Vila Alta (Município de Umuarama), Maria Helena e Carbonera (Município de Maria Helena) e Douradina (Município do mesmo nome);

158 - UNIÃO DA VITÓRIA - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Domingos e São Cristovão (Município de União da Vitória), Cruz Machado e Santana (Município de Cruz Machado), Paula Freitas

e Porto Vitória (Municípios do mesmo nome);

159 - URAÍ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Norte (Município de Uraí), Jataizinho, Frei Timóteo e São João (Município de Jataizinho), Rancho Alegre (Município do mesmo nome);

160 - VERÊ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sede Progresso (Município de Verê) e Itapejara do Oeste (Município do mesmo nome);

161 - WENCESLAU BRAZ - compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São José da Boa Vista e Santana do Itararé (Municípios do mesmo nome);

162 - XAMBRE - compreendendo o Distrito da sede;

Art. 219 - Na Comarca de Curitiba, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - 31 (trinta e uma) Varas Cíveis não especializadas;

II - 7 (sete) Varas de Família;

III - 2 (duas) Varas de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho;

IV - 6 (seis) Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

V - 2 (duas) Varas de Menores;

VI - 16 (dezesseis) Varas Criminais não especializadas;

VII - 2 (duas) Varas do Tribunal do Juri;

VIII - 6 (seis) Varas de Delitos de Trânsito;

IX - 2 (duas) Varas de Execuções Penais;

X - 1 (uma) Vara de Precatórias Cíveis.

XI - 1 (uma) Vara de Precatórias Criminais.

XII - 1 (uma) Vara da Auditoria da Justiça Militar.

XIII - 1 (um) Juizado Especial de Pequenas Causas.

Art. 220 - Aos Juizes das Varas Cíveis, de 1ª a 31ª, compete, por distribuição, o conhecimento, processo e julgamento de toda a matéria cível e comercial, ressalvada a competência das varas especializadas.

Parágrafo Único - Ao Juizado especial de Pequenas Causas compete o processo e julgamento, por opção do autor, das causas de reduzido valor econômico, na forma da Lei Federal n. 7.244, de 7 de novembro de 1984.

Art. 221 - Aos Juizes das Varas de Família, 1ª a 7ª, compete, por distribuição:

I - processar e julgar as ações de nulidade e anulação de casamento e desquite; as relativas ao estado civil das pessoas, as fundadas diretamente em direitos e deveres entre os cônjuges, pais e filhos, as

relativas a filiação e ao reconhecimento de filhos, cumuladas, ou não, com petição de herança, e as concernentes ao regime de bens de casamento;

II - conhecer das causas de alimentos e daquelas sobre a posse e guarda de filhos menores, nas questões entre os pais ou entre estes e terceiros;

III - conhecer das causas de extinção, suspensão e perda do pátrio poder, previstas no Código Civil, incumbindo-lhes nestes casos nomear, remover e destituir tutores, exigir destes as garantias legais, conceder-lhes autorização e tomar-lhes as contas;

IV - autorizar alienação, hipotecas e constituição de ônus relativamente aos bens dotais;

V - autorizar os pais a praticarem atos dependentes de consenso judicial, relativamente a pessoa e aos bens dos filhos; bem como os tutores, relativamente aos menores sob tutela, nos casos de inciso III;

VI - dispensar publicação de proclamas;

VII - suprir o consentimento;

VIII - celebrar casamentos e processar os pedidos de registros de casamentos nupciais;

IX - decidir dos impedimentos opostos aos contraentes;

X - proceder a ratificação dos casamentos nupciais;

XI - processar e julgar justificação de idade dos contraentes, nos autos de habilitação de casamento, determinando abertura de assento e exibição da respectiva certidão;

XII - dar cumprimento aos mandados para averbação de mudança de estado civil, resultante de sentença;

XIII - ordenar o registro de bem de família;

XIV - prover o registro dos infantes ex-opostos.

Art. 222 - Aos Juizes das Varas de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho compete, por distribuição:

I - processar e julgar todos os feitos, contenciosos ou não, previstos na lei de acidentes de trabalho e outros de natureza infortunistica;

II - processar e julgar as causas contenciosas ou administrativas que diretamente se refiram aos registros públicos em geral;

III - processar e julgar as impugnações relativas ao loteamento de imóveis;

IV - ordenar a matrícula de jornais e oficinas gráficas;

V - conhecer e decidir das reclamações, ou dúvidas dos oficiais do Registro de Imóveis, de Títulos e Documentos, do

Registro de Pessoas Naturais, dos tabeliães, dos distribuidores e dos oficiais de Protestos, sobre atos de sua competência;

Parágrafo Único - Compete exclusivamente ao Juiz de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos:

a - superintender o serviço de Registros Públicos, provendo a boa ordem dos ofícios além de exercer vigilância disciplinar sobre seus titulares e auxiliares, bem como conhecer de suas suspeições;

b - exercer inspeção permanente do foro extrajudicial da comarca, nos respectivos cartórios, enviando ao Corregedor da Justiça, relatórios trimestrais de suas atividades.

Art. 223 - Aos Juizes das Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas, de 1ª a 6ª, compete, por distribuição:

I - processar e julgar as causas em que for interessada a Fazenda Pública do Estado e o município da Comarca de Curitiba, como autora, ré, assistente ou oponente, e as que dela forem dependentes ou acessórias, exceto as de acidente do trabalho, assim como processar e julgar falências e concordatas;

II - processar e julgar as causas em que forem, do mesmo modo, interessadas as entidades autárquicas e de economia mista, e as empresas públicas, estaduais ou municipais, da Comarca de Curitiba.

III - processar e julgar os embargos a execução fundados em títulos extrajudiciais do Estado e do município da Comarca de Curitiba e de suas autarquias;

IV - processar e julgar as ações de desapropriação e as demolitórias de interesse da Fazenda Pública e autárquica ao Estado e do Município da Comarca de Curitiba;

V - conhecer dos mandados de segurança contra atos de autoridades estaduais e municipais da Comarca de Curitiba;

VI - executar multa imposta por contrato, sentença, lei ou regulamento, bem como fiança criminal quebrada ou perdida desde que constituam renda da Fazenda Pública do Estado e do Município da Comarca de Curitiba.

Art. 224 - Aos Juizes das Varas de Menores, compete:

1. 1ª Vara:

a) processar e julgar todas as ações relativas a assistência, proteção e vigilância a menor em situação irregular;

b) determinar, através de atos administrativos próprios, de conformidade com a legislação de menores, providências necessárias à assistência, proteção e vigilância ao menor;

c) organizar o quadro e nomear os Comissários de Menores voluntários da comar-

ca que, a título gratuito, prestarão auxílio à autoridade judiciária;

II - 2.^a Vara:

a) processar e julgar as ações relativas a assistência, proteção e vigilância de menor em situação irregular, autor de infração penal ou com desvio de conduta em virtude de grave inadequação familiar ou comunitária;

b) na área específica de sua atuação, determinar, através de atos administrativos próprios, de conformidade com a legislação de menores, providências necessárias à assistência, proteção e vigilância ao menor.

Art. 225 - Aos Juizes das Varas Criminais, de 1.^a a 16.^a, compete, por distribuição, o processo e julgamento de todas as ações penais, ressalvada a competência das varas especializadas.

Art. 226 - Aos Juizes das Varas do Tribunal do Juri, 1.^a e 2.^a, compete, por distribuição:

I - Instruir, pronunciar, preparar e julgar todos os processos da competência respectiva, de conformidade com o disposto no art. 22, § 2º, deste Código;

II - A organização e presidência de quaisquer tribunais populares.

Art. 227 - Aos Juizes das Varas de Delitos de Trânsito, de 1.^a a 6.^a, compete, por distribuição, o processo e julgamento dos crimes e contravenções referentes aos acidentes de trânsito.

Art. 228 - Aos Juizes das Varas de Execuções Penais, 1.^a e 2.^a, com jurisdição em todo o Estado, compete por distribuição interna, exercer as atribuições previstas no Livro IV do Código de Processo Penal e na Lei de Execução Penal, salvo as que forem privativas de outras autoridades, competindo exclusivamente ao juiz da 1.^a Vara a Corregedoria dos Presídios.

Parágrafo Único - Os Juizes titulares das Varas de Execuções Penais, serão indicados a critério do Órgão Especial.

Art. 234 - A 1.^a Vara de Execuções Penais, constituir-se-á de dois ofícios:

I - ao 1º Ofício caberá a função do foro judicial;

II - ao 2º Ofício caberá a função atinente à Corregedoria dos Presídios.

Art. 235 - Haverá na comarca de Curitiba:

I - NO FORO JUDICIAL

a) quarenta e sete (47) Escrivâncias do Cível, incluídas as especializadas;

b) vinte e nove (29) Escrivâncias do Crime, incluídas as especializadas;

c) duas (2) Escrivâncias de Menores;

d) quatro (4) Ofícios de Avaliador;

e) quatro (4) Ofícios de Distribuidor, Contador e Partidor, com as atribuições seguintes:

1º Ofício - Distribuidor, Contador e

Partidor na matéria de competência das Varas de Família; Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas; Varas de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho; Varas Criminais de 1.^a a 16.^a, Tabelionatos de Notas do 8º ao 12º.

2º Ofício - Distribuidor na matéria de competência das Varas Cíveis, de 1.^a a 31.^a, Varas de Precatórias; Tabelionatos de Notas de 1º a 7º Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas;

3º Ofício - Distribuição dos Títulos: Relativos a direitos reais e imobiliários que se destinem a matrícula nos Ofícios de Registro de Imóveis - de crédito, que se destinem aos Ofícios de Protesto de Títulos;

4º Ofício - Contador e Partidor na matéria de competência das Varas Cíveis, de 1.^a a 31.^a, e Varas de Precatórias;

f) dez (10) Comissários de Vigilância;

g) dois (2) Porteiros de Auditórios;

h) cento e sessenta e quatro (164) Oficiais de Justiça;

i) cinquenta e nove (59) Auxiliares de Cartório;

j) uma (1) escrivania do Juizado Especial de Pequenas Causas;

l) um (1) Ofício de Depositário Público.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL

a) doze (12) Tabelionatos de Notas, denominados ordinalmente:

b) nove (9) Ofícios de Registros de Imóveis, denominados ordinalmente, com as delimitações territoriais previstas na Lei nº 5.809/68;

c) quatro (4) Ofícios de Registro de Títulos e Documentos, denominados ordinalmente, acumulando, precariamente, o Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas;

d) quatro (4) Ofícios de Protesto de Títulos, denominados ordinalmente;

e) quatro (4) Ofícios de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, denominados ordinalmente, no Distrito da sede, compreendendo, obrigatoriamente, as delimitações territoriais previstas em lei;

f) quatorze (14) Escrivâncias Distritais nos Distritos Judiciários da comarca de Curitiba, com as delimitações constantes da Lei nº 5.809/68.

Art. 237 - Será o seguinte o número de Juizes de Direito em cada uma das comarcas:

I - Londrina : vinte e três (23) Juizes de Direito;

II - Maringá: quinze (15) Juizes de Direito;

III - Ponta Grossa: dez (10) Juizes de Direito;

IV - Foz do Iguaçu e Guarapuava: sete (7) Juizes de Direito;

V - Cascavel: seis (6) Juizes de Direito;

VI - Campo Mourão, Paranaguá, Paranaíba, Pato Branco, São José dos Pinhais e Umuarama: cinco (5) Juizes de Direito;

VII - Apucarana, Francisco Beltrão e Toledo: quatro (4) Juizes de Direito;

VIII - Araucária, Cianorte, Cornélio Procopio, Pitanga e União da Vitória: três (3) Juizes de Direito;

IX - Arapongas, Assis Chateaubriand, Astorga, Bandeirantes, Cambé, Campo Largo, Capanema, Castro, Chopinzinho, Colombo, Cruzeiro do Oeste, Dois Vizinhos, Faxinal, Goioerê, Guaíra, Ibaiti, Ibioporã, Ivaiporã, Jacarezinho, Lapa, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Nova Esperança, Palmas, Piraquara, Rio Branco do Sul, Rolândia, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Ubiratã e Wenceslau Braz: dois (2) Juizes de Direito;

X - Nas demais comarcas: um (1) Juiz de Direito.

Parágrafo Único: Na enumeração deste artigo não se acham incluídos os Juizes de Direito Substitutos.

Da Comarca de Apucarana

Art. 238 - Na Comarca de Apucarana, a prestação jurisdicional será exercida por Juizes de:

I - duas (2) Varas Cíveis, por distribuição;

II - uma (1) Vara Criminal;

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na comarca de Apucarana, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) duas (2) Escrivanias do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Comissário de Vigilância de Menores; e

g) um (1) Auxiliar de Cartório.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL

a) 1º Tabelião de Notas;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) 1º Ofício de Registro de Imóveis;

d) 2º Ofício de Registro de Imóveis;

e) um (1) Ofício de Registro de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e

f) um (1) Ofício de Protesto de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Capítulo IV

Das Comarcas de Bandeirantes, Cambé,

Capanema, Chopinzinho, Colombo, Dois Vizinhos, Faxinal, Goioerê, Ibaiti, Ibioporã, Lapa, Marechal Cândido Rondon, Medianeira; Nova Esperança, Palmas, Santo Antonio da Platina, Telêmaco Borba, Ubiratã e Wenceslau Braz.

Art. 240 - Nas Comarcas de Bandeirantes, Cambé, Capanema, Chopinzinho, Colombo, Dois Vizinhos, Faxinal, Goioerê, Ibaiti, Ibioporã, Lapa, Marechal Cândido Rondon, Medianeira; Nova Esperança, Palmas, Santo Antônio da Platina, Telêmaco Borba, Ubiratã e Wenceslau Braz a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - uma (1) Vara Cível;

II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá nas Comarcas de que trata este artigo, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) uma (1) Escrivania do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e

e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) um (1) Tabelionato de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 245 - Na comarca de Cornélio Procopio a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - duas (2) Varas Cíveis;

II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na comarca de Cornélio Procopio, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) uma (1) Escrivania do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum,

exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e

f) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1º Tabelião de Notas;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) 1º Ofício de Registro de Imóveis;

d) 2º Ofício de Registro de Imóveis;

e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e

f) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

Capítulo XI

Da Comarca de Foz do Iguaçu

Art. 247 - Na Comarca de Foz do Iguaçu, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - três (3) Varas Cíveis, 1.^a, 2.^a e 3.^a, por distribuição, inclusive quanto a matéria trabalhista;

II - três (3) Varas Criminais, 1.^a, 2.^a e 3.^a, por distribuição, cabendo a 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Juri;

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Foz do Iguaçu, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) três (3) Escrivanias do Cível;

b) três (3) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Forum, exercerá por um (1) ano alternadamente, as funções de Porteiro do Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal; e

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL

a) 1º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente o Ofício de Protesto de Títulos;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Capítulo XII

Da Comarca de Francisco Beltrão

Art. 248 - Na Comarca de Francisco Beltrão a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - duas (2) Varas Cíveis, 1.^a e 2.^a, por distribuição;

II - duas (2) Varas Criminais, 1.^a e 2.^a, com igual competência por distribuição, cabendo a 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Juri e a 2.^a, a matéria relativa a Menores, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Francisco Beltrão, com atribuições definidas: I - NO FORO JUDICIAL:

a) duas (2) Escrivanias do Cível;

b) duas (2) Escrivanias Criminais;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Forum, exercerá por um (1) ano alternadamente, as funções de Porteiro do Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal; e

f) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1º Tabelião de Notas;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) 1º Ofício de Registro de Imóveis;

d) 2º Ofício de Registro de Imóveis;

e) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos de Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos; e

f) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos; e

Capítulo XIII

Das Comarcas de Campo Largo, Castro, Guaíra, Piraquara e Rio Branco do Sul.

Capítulo XIV

Da Comarca de Guarapuava

Art. 250 - Na Comarca de Guarapuava a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - três (3) Varas Cíveis, 1.^a, 2.^a e 3.^a, por distribuição;

II - três (3) Varas Criminais, 1.^a, 2.^a e 3.^a, por distribuição, cabendo a 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Juri;

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá a Comarca de Guarapuava, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) três (3) Escrivanias do Cível;

b) três (3) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e

de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano alternadamente, as funções de Porteiro do Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal; e

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1º Tabelião de Notas;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) 1º Ofício de Registro de Imóveis;

d) 2º Ofício de Registro de Imóveis;

e) 3º Ofício de Registro de Imóveis;

f) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;

g) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando o Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos; e

h) 2º Ofício de Protesto de Títulos.

Capítulo XV

Das Comarcas de Ivaiporã e Jacarezinho

Art. 251 - Nas Comarcas de Ivaiporã e Jacarezinho, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - uma (1) Vara Cível;

II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá nas Comarcas de Ivaiporã e Jacarezinho, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) uma (1) Escrivania do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e

e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Capítulo XVI

Na Comarca de Araucária

Art. 252 - Na Comarca de Araucária a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - duas (2) Varas Cíveis, 1ª e 2ª, por distribuição;

II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Araucária, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) duas (2) Escrivanias do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e

e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Capítulo XVIII

Da Comarca de Londrina

Art. 254 - Na Comarca de Londrina, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - doze (12) Varas Cíveis, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 10ª, 11ª, 12ª, não especializadas, com competência definida pela distribuição;

II - sete (7) Varas Criminais, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª, por distribuição, salvo a 1ª a qual caberá a organização e presidência do Tribunal do Juri, competindo-lhe também processar e julgar:

a) as ações penais relativas aos crimes dolosos contra a vida;

b) por distribuição com as demais Varas, as ações penais referentes aos crimes de lesões corporais.

III - três (3) Varas de Família, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos, com igual competência por distribuição, competindo a 1ª também a Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV - uma (1) Vara de Menores.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Londrina, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) doze (12) Escrivanias do Cível;

- b) sete (7) Escrivanias Criminais;
- c) três (3) Escrivanias de Família e Anexos (Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial);
- d) uma (1) Escrivania de Menores;
- e) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;
- f) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Forum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- g) dois (2) Auxiliares de Cartório em cada Vara Criminal;
- h) um (1) Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas;
- i) um (1) Auxiliar de Cartório da Diretoria do Forum;
- j) três (3) Comissários de Vigilância de Menores;
- l) quatro (4) Assistentes Sociais, um para cada Vara de Família e uma (1) para a de Menores;
- m) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1º Tabelião de Notas;
- b) 2º Tabelião de Notas;
- c) 3º Tabelião de Notas;
- d) 4º Tabelião de Notas;
- e) 1º Ofício de Registro de Imóveis;
- f) 2º Ofício de Registro de Imóveis;
- g) 3º Ofício de Registro de Imóveis;
- h) 1º Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos;
- i) 2º Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos;
- j) 1º Ofício de Protesto de Títulos;
- l) 2º Ofício de Protesto de Títulos;
- m) 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando precariamente, o Registro de Pessoas Jurídicas;
- n) 2º Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando precariamente, o de Registro de Pessoas Jurídicas.

Capítulo XIX

Da Comarca de Maringá

Art. 255 - Na Comarca de Maringá a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

- I - sete (7) Varas Cíveis, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª e 7ª, por distribuição;
- II - cinco (5) Varas Criminais, 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª, por distribuição, cabendo a 1ª a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III - duas (2) Varas de Família, Acidentes do Trabalho e Registros Públicos, com igual competência por distribuição, competindo à 1ª também a Corregedoria do Foro Extrajudicial;

IV - uma (1) Vara de Menores.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de

Maringá, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

- a) sete (7) Escrivanias do Cível;
- b) cinco (5) Escrivanias Criminais;
- c) duas (2) Escrivanias de Família e Anexos (Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial);
- d) uma (1) Escrivania de Menores;
- e) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor e Depositário Público;
- f) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Forum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- g) dois (2) Auxiliares de Cartório em cada Vara Criminal;
- h) um (1) Auxiliar de Cartório do Juizado Especial de Pequenas Causas;
- i) três (3) Comissários de Vigilância de Menores;
- j) três (3) Assistentes Sociais, um para cada Vara de Família e uma (1) para a de Menores;
- l) dois (2) Ofícios de Avaliador Judicial.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1º Tabelião de Notas;
- b) 2º Tabelião de Notas;
- c) 3º Tabelião de Notas;
- d) 4º Tabelião de Notas;
- e) 1º Ofício de Registro de Imóveis;
- f) 2º Ofício de Registro de Imóveis;
- g) 3º Ofício de Registro de Imóveis;
- h) 1º Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos;
- i) 2º Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos;
- j) 1º Ofício de Protesto de Títulos; e
- l) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando precariamente, o de Registro de Pessoas Jurídicas.

Capítulo XX

Da Comarca de Paranaguá

Art. 256 - Na Comarca de Paranaguá a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

- I - duas (2) Varas Cíveis, 1ª e 2ª por distribuição;
- II - duas (2) Varas Criminais, 1ª e 2ª por distribuição, cabendo a 1ª a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes de Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Paranaguá, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
- b) duas (2) Escrivanias Criminais;
- c) uma (1) Escrivania de Menores;
- d) um (1) Ofício de Contador, Parti-

dor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal; e

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1º Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;

b) 2º Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;

c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;

d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXI

Da Comarca de Paranavaí

Art. 257 - Na Comarca de Paranavaí a prestação jurisdicional será efetiva por Juízes de:

I - duas (2) Varas Cíveis, 1ª e 2ª, por distribuição, inclusive quanto a matéria trabalhista;

II - duas (2) Varas Criminais, 1ª e 2ª, por distribuição, cabendo a 1ª a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Paranavaí, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) duas (2) Escrivanias do Cível;

b) duas (2) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal; e

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1º Tabelião de Notas;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) 3º Tabelião de Notas;

d) um (1) Ofício de Registro de Imó-

veis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;

e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;

f) um (1) Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, o Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Capítulo XXII

Da Comarca de Pato Branco

Art. 258 - Na Comarca de Pato Branco a prestação jurisdicional será efetiva por Juízes de:

I - duas (2) Varas Cíveis, 1ª e 2ª, por distribuição;

II - duas (2) Varas Criminais, 1ª e 2ª, por distribuição, cabendo a 1ª a organização e presidência do Tribunal do Júri;

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Pato Branco, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

a) duas (2) Escrivanias do Cível;

b) duas (2) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

a) 1º Tabelião de Notas;

b) 2º Tabelião de Notas;

c) 1º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;

d) 2º Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;

e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;

f) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

Capítulo XXIII

Da Comarca de Ponta Grossa

Art. 259 - Na Comarca de Ponta Grossa a prestação jurisdicional será efetiva por Juízes de:

I - cinco (5) Varas Cíveis, 1ª, 2ª,

3.^a, 4.^a e 5.^a, por distribuição;
 II - três (3) Varas Criminais, 1.^a, 2.^a e 3.^a, por distribuição, cabendo a 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Juri;

III - duas (2) Varas de Família, com igual competência por distribuição, competindo a primeira, também, a matéria referente a Acidentes do Trabalho, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial, e a segunda, cumulativamente, a matéria relativa a Menores.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Ponta Grossa, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

- a) cinco (5) Escrivanias do Cível;
- b) três (3) Escrivanias Criminais;
- c) uma (1) Escrivania de Família e Anexos (Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial);
- d) uma (1) Escrivania de Família e Menores;
- e) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- f) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- g) dois (2) Auxiliares de Cartórios em cada Vara Criminal;
- h) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.
- i) três (3) Assistentes Sociais na Vara de Menores;

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) 1º - Tabelião de Notas;
- b) 2º - Tabelião de Notas;
- c) 3º - Tabelião de Notas;
- d) 4º - Tabelião de Notas;
- e) 1º - Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- f) 2º - Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- g) 1º - Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos;
- h) 2º - Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos;
- i) 1º - Ofício de Protesto de Títulos;
- j) 2º - Ofício de Protesto de Títulos;
- e
- l) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o de Registro de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXV

Da Comarca de São José dos Pinhais

Art. 261 - Na Comarca de São José dos Pinhais a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - duas (2) Varas Cíveis; 1.^a e 2.^a, por distribuição;

II - duas (2) Varas Criminais, 1.^a e 2.^a, por distribuição, cabendo a 1.^a a organização e presidência do Tribunal do Juri;

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de São José dos Pinhais, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL

- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
- b) duas (2) Escrivanias Criminais;
- c) uma (1) Escrivania de Menores;
- d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- f) um (1) Auxiliar de Cartório em cada Vara Criminal;
- g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores;

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL

- a) 1º - Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 2º - Tabelião de Notas;
- c) 1º - Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- d) 2º - Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, o Ofício de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXVI

Da Comarca de Toledo

Art. 262 - Na Comarca de Toledo a prestação jurisdicional será efetivada por juizes de:

I - duas (2) Varas Cíveis, 1.^a e 2.^a, por distribuição;

II - uma (1) Vara Criminal;

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Toledo, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL

- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) uma (1) Escrivania de Menores;
- d) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- e) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo a rigoroso rodízio;
- f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;
- g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL

- a) 1º - Tabelião de Notas;
- b) 2º - Tabelião de Notas;
- c) 1º - Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- d) 2º Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- e) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
- f) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO XXVIII

Da Comarca de União da Vitória

Art. 264 - Na Comarca de União da Vitória a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

- I - duas (2) Varas Cíveis, 1ª e 2ª, por distribuição;
- II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de União da Vitória, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL

- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório obedecendo-se a rigoroso rodízio;

e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;

f) um (1) Comissário de Vigilância de Menores;

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL

- a) 1º - Tabelião de Notas;
- b) 2º - Tabelião de Notas;
- c) 3º - Tabelião de Notas;
- d) 1º - Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- e) 2º - Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- f) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos;
- d) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando, precariamente, o Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos.

CAPÍTULO XXX

Da Comarca de Astorga

Art. 266 - Na Comarca de Astorga a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

- I - uma (1) Vara Cível;
- II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Astorga, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo quem deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;
- e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) 1º - Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- c) 2º - Ofício de Registro de Imóveis, com a delimitação territorial prevista na legislação anterior;
- d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando os de Registro de Títulos e Documen-

tos e de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXXIV
Da Comarca de Pitanga

Art. 270 - Na Comarca de Pitanga, a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

- I - duas (2) Varas Cíveis, 1ª a 2ª, por distribuição;
 - II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial;
- Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Pitanga, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL

- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador; Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- d) dois (2) Oficiais de Justiça em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.
- e) - um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis;
- c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando os Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

CAPÍTULO XXXV
Das Demais Comarcas

Art. 271 - Haverá nas demais comarcas, com atribuições definidas:

I - NO FORO JUDICIAL:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se rigoroso rodízio.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando,

do, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (01) Ofício de Registro de Imóveis;

c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registros de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Parágrafo Único - Nas comarcas de Assaí, Irati, Jandaia do Sul e Marialva e nas compreendidas neste artigo, o cargo de Auxiliar de Cartório na Escrivania Criminal somente será lotado, pelo Presidente do Tribunal de Justiça, mediante comprovação de real necessidade."

Art. 2º - Ficam criadas, na entrância inicial, as seguintes Comarcas:

I - MANDIRITUBA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba), Piên e Agudos do Sul (Municípios do mesmo nome);

II - SÃO JOÃO: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Paraíso, Dois Irmãos e Nova Lourdes (Município de São João);

III - SÃO JOÃO DO CAIÚÁ: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Santo Antônio do Caiuá (Município do mesmo nome);

IV - SANTA CRUZ DO MONTE CASTELO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Querência do Norte (Município do mesmo nome);

V - ICARAÍMA: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma);

VI - TERRA BOA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Malu (Município de Terra Boa);

VII - SARANDI: compreendendo o Distrito da sede;

VIII - NOVA AURORA: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Palmitópolis (Município de Nova Aurora);

IX - VERÊ: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Sede Progresso (Município de Verê) e Itapejara do Oeste (Município do mesmo nome);

X - BITURUNA: compreendendo o Distrito da sede;

XI - GENERAL CARNEIRO: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Jangada do Sul (Município de General Carneiro);

XII - CÉU AZUL: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Vera Cruz do Oeste (Município do mesmo nome);

XIII - TRÊS BARRAS DO PARANÁ: compreendendo o Distrito da sede;

XIV - RONCADOR: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Alto de São João (Município de Roncador);

XV - IRETAMA: compreendendo o Distrito da sede;

XVI - MANOEL RIBAS: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Barra de Santa Salete (Município de Manoel Ribas);

XVII - JARDIM ALEGRE: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Lidianópolis (Município de Jardim Alegre);

XVIII - FRANCISCO ALVES: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Rio Bonito (Município de Francisco Alves).

Art. 3º - Ficam extintas as escriturarias distritais de Mandirituba, São João, São João do Caiuá, Santa Cruz do Monte Castelo, Icaraíma, Terra Boa, Sarandi, Nova Aurora, Verê, Bituruna, General Carneiro, Céu Azul, Três Barras do Paraná, Roncador, Iretama, Manoel Ribas, Jardim Alegre e Francisco Alves.

Parágrafo Único - Aos Titulares das escriturarias de que trata este artigo fica assegurado o direito de opção pelo respectivo Tabelionato de Notas ou Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, a ser manifestado no prazo de vinte (20) dias, contados da instalação da Comarca.

Art. 4º - Ficam transferidos de comarcas os seguintes distritos judiciários:

I - Mandirituba e Areia Branca dos Assis (Município de Mandirituba), Agudos do Sul (Município do mesmo nome) e Piên (Município do mesmo nome), da comarca de São José dos Pinhais e Rio Negro respectivamente, para a de Mandirituba;

II - São João, Paraíso, Dois Irmãos e Nova Lourdes (Município de São João), da Comarca de Chopinzinho para a de São João;

III - São João do Caiuá e Santo Antônio do Caiuá (Municípios do mesmo nome) da comarca de Alto Paraná para a de São João do Caiuá;

IV - Santa Cruz do Monte Castelo e Querência do Norte (Municípios do mesmo nome) da comarca de Loanda para a de Santa Cruz do Monte Castelo;

V - Icaraíma, Porto Camargo e Vila Rica do Ivaí (Município de Icaraíma) da comarca de Umuarama para a de Icaraíma;

VI - Terra Boa e Malu (Município de Terra Boa), da Comarca de Peabiru para a de Terra Boa;

VII - Sarandi (Município do mesmo nome) da Comarca de Marialva para a de Sarandi;

VIII - Nova Aurora e Palmitópolis (Município de Nova Aurora) da comarca de Formosa do Oeste para a de Nova Aurora;

IX - Verê e Sede Progresso (Município de Verê) e Itapejara do Oeste (Município do mesmo nome) da Comarca de Pato Branco para a de Verê;

X - Bituruna (Município do mesmo nome) da comarca de União da Vitória para a de Bituruna;

XI - General Carneiro e Jangada do Sul (Município de General Carneiro) da comarca

de União da Vitória para a de General Carneiro;

XII - Céu Azul e Vera Cruz do Oeste (Municípios do mesmo nome) da comarca de Matelândia para a de Céu Azul;

XIII - Três Barras do Paraná (Município do mesmo nome) da comarca de Catanduvas para a de Três Barras do Paraná;

XIV - Roncador e Alto de São João (Município de Roncador) da comarca de Campo Mourão para a de Roncador;

XV - Iretama (Município do mesmo nome) da comarca de Campo Mourão para o de Iretama;

XVI - Manoel Ribas e Barra de Santa Salete (Município de Manoel Ribas) da comarca de Ivaiporã para a de Manoel Ribas;

XVII - Jardim Alegre e Lidianópolis (Município de Jardim Alegre) da comarca de Ivaiporã para a de Jardim Alegre;

XVIII - Francisco Alves e Rio Bonito (Município de Francisco Alves) da comarca de Iporã para a de Francisco Alves;

XIX - Ivaí e Bom Jardim do Sul (Município de Ivaí) da comarca de Imbituba para a de Ipiranga;

XX - Barra do Jacaré (Município do mesmo nome) da comarca de Jacarezinho para a de Andirá;

XXI - São Jorge D'Oeste, Doutor Antônio Paranhos, Iolópolis e Sede Nova Santa Ana (Município de São Jorge do Oeste) da comarca de Chopinzinho para a de Dois Vizinhos.

Art. 5º - Ficam criados em cada uma das comarcas de entrância inicial de Mandirituba, São João, São João do Caiuá, Santa Cruz do Monte Castelo, Icaraíma, Terra Boa, Sarandi, Nova Aurora, Verê, Bituruna, General Carneiro, Céu Azul, Três Barras do Paraná, Roncador, Iretama, Manoel Ribas, Jardim Alegre e Francisco Alves os seguintes cargos e ofícios:

I - NO FORO JUDICIAL:

- a) um (01) de Escrivão do Civil;
- b) um (01) de Escrivão do Crime;
- c) dois (02) de Oficial de Justiça;
- d) um (01) de Auxiliar de Cartório Criminal;
- e) um (01) Ofício de Contador, Partidor, Distribuidor, Depositário Público e Avaliador Judicial;
- f) um (01) Agente de Limpeza.

II - NO FORO EXTRAJUDICIAL:

- a) um (01) de Tabelaio de Notas, acumulando, precariamente, o ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (01) Ofício de Registro de Imóveis;
- c) um (01) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas.

Art. 6º - Instaladas as comarcas de

Capitão Leônidas Marques, Catanduvas e Três Barras do Paraná, a delimitação territorial dos Ofícios de Registro de Imóveis da comarca de Cascavel passará a ser a seguinte.

I - O 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel abrange a área territorial delimitada pela seguinte circunscrição:

Partindo da BR-277, divisa com o Município de Toledo, seguindo sentido Oeste-Leste, margem esquerda, entrando no perímetro urbano pela Avenida Tancredo Neves até a Praça do Migrante - Av. Brasil e por esta até a Av. Piquiri, seguindo ao Norte pela mesma até a estrada antiga de Cafelândia e seguindo pela divisa dos Municípios de Cafelândia, Tupãssi e Toledo até a BR-277, ponto inicial.

II - O 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cascavel abrange a área territorial delimitada pela seguinte circunscrição:

Partindo da BR-277, divisa do Município de Toledo, seguindo sentido Oeste-Leste, margem direita, entrando pelo perímetro urbano pela Av. Tancredo Neves até a Av. Brasil e por esta até a Rua Souza Naves, seguindo ao Sul por esta Rua até a confluência com a rua Prudente de Moraes e por esta até o cruzamento com a rua Carlos Gomes cruzando com a BR-277 até encontrar-se com a Rua Rio Bonito da Paz até encontrar com o Rio Andradá. Seguindo pelo Rio Andradá até a divisa com os Municípios de Boa Vista da Aparecida e Capitão Leônidas Marques, seguindo ao Norte pelo mesmo rio, passando pela divisa do Município de Céu Azul até encontrar com a BR-277, ponto inicial.

III - O 3º Ofício de Registro de Imóveis da comarca de Cascavel abrange a área territorial delimitada pela seguinte circunscrição:

Iniciando no Rio Andradá com a divisa do Município de Capitão Leônidas Marques, seguindo sentido Norte por este rio até a Rua Rio da Paz e por esta rua até a Rua Carlos Gomes, seguindo até a Rua Prudente de Moraes e por esta até a confluência com a Rua Souza Naves e por esta até a Av. Brasil. Seguindo pela Av. Brasil, sentido Leste-Oeste, até encontrar-se com a Av. Piquiri, subindo por esta avenida até a estrada antiga de Cafelândia, seguindo pelas divisas dos Municípios de Cafelândia, Corbélia e Braganey até encontrar com o Rio Tourinhos, seguindo ao Sul até a divisa com o Município de Catanduvas, seguindo pelo Rio Tormentas até a divisa com os Municípios de Três Barras do Paraná e Boa Vista da Aparecida até o Rio Andradá, ponto inicial.

Art. 7º - Fica assegurado ao titular de ofício desmembrado ou desanexado o di-

reito de opção a qualquer dos Ofícios novos pelo prazo de vinte (20) dias, a partir da vigência desta Lei.

Art. 8º - Fica elevada à entrância final a comarca de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único - Os cargos de auxiliares da Justiça integrantes dos serviços referentes à comarca aludida neste artigo, ficam transformados em cargos correspondentes aos de entrância final.

Art. 9º - Ficam elevadas à entrância intermediária as comarcas de Chopinzinho, Dois Vizinhos, Faxinal e Ubatã.

Parágrafo Único - Os cargos de auxiliares da Justiça integrantes dos serviços referentes às comarcas aludidas neste artigo, ficam transformados em cargos correspondentes aos de entrância intermediária.

Art. 10 - Ficam criados os seguintes cargos:

I - 60 (sessenta) de Juiz de Direito de entrância final;

II - 33 (trinta e três) de Juiz de Direito de entrância intermediária;

III - 18 (dezoito) de Juiz de Direito de entrância inicial;

IV - 6 (seis) de Juiz Substituto.

Art. 11 - Serão extintos a medida que vagarem os cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária e inicial, previstos na estrutura anterior para as comarcas de Foz do Iguaçu, Chopinzinho, Dois Vizinhos, Faxinal e Ubatã, respectivamente.

Parágrafo Único - Os cargos de que trata este artigo que se encontrarem vagos na data da publicação desta Lei, ficam extintos.

Art. 12 - Ficam criados na entrância final os seguintes cargos:

I - Na comarca de Curitiba:

a) dez (10) de Escrivão do Cível;

b) nove (9) de Escrivão do Crime;

c) um (1) de Escrivão de Menores;

d) dois (2) de Escrivão de Vara de Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

e) três (3) de Escrivão de Família;

f) um (1) de Escrivão de Vara de Registros Públicos;

g) cinco (5) de Comissário de Vigilância de Menores;

h) cinquenta e dois (52) de Oficial de Justiça;

i) vinte e um (21) de Auxiliar de Cartório Criminal;

j) vinte e seis (26) de Agente de Conservação, de nível inicial.

II - Na comarca de Foz do Iguaçu:

a) um (1) de Escrivão do Cível;

b) um (1) de Escrivão do Crime;

c) quatro (4) de Oficial de Justiça;

d) dois (2) de Auxiliar de Cartório Criminal;

e) dois (2) de Agente de Limpeza;

III- Na Comarca de Londrina:
a) dois (2) de Escrivão do Cível;
b) dois (2) de Escrivão do Crime;
c) um (1) de Escrivão da Vara de Família;
d) um (1) de Escrivão de Menores;
e) um (1) de Comissário de Vigilância de Menores;
f) doze (12) de Oficial de Justiça;
g) quatro (4) de Auxiliar de Cartório Criminal;
h) seis (6) de Agente de Limpeza.

IV - Na comarca de Maringá:
a) três (3) de Escrivão do Cível;
b) um (1) de Escrivão Criminal;
c) um (1) de Escrivão de Menores;
d) dez (10) de Oficial de Justiça;
e) dois (2) de Auxiliar de Cartório Criminal;
f) cinco (5) de Agente de Limpeza.

V - Na Comarca de Ponta Grossa:
a) um (1) de Escrivão do Cível;
b) um (1) de Escrivão do Crime;
c) quatro (4) de Oficial de Justiça;
d) dois (2) de Auxiliar de Cartório Criminal;
e) dois (2) de agente de Limpeza.

Art. 13 - Ficam criados na entrância intermediária os seguintes cargos:

I - Na Comarca de Apucarana:
a) um (1) de Escrivão do Cível;
b) dois (2) de Oficial de Justiça;
c) um (1) de Agente de Limpeza;

II- Na Comarca de Astorga:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

III- Na Comarca de Araucária:
a) um (1) de Escrivão de Menores;
b) dois (2) de Oficial de Justiça;
c) um (1) de Comissário de Vigilância de Menores;
d) um (1) de Agente de Limpeza.

IV - Na Comarca de Bandeirantes:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

V - Na Comarca de Chopinzinho:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

VI - Na Comarca de Cornélio Procopio:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

VII- Na Comarca de Dois Vizinhos:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

VIII- Na Comarca de Foz de Iguaçu:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

IX- Na Comarca de Francisco Beltrão:
a) um (1) de Escrivão do Crime;
b) dois (2) de Oficial de Justiça;
c) um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal;
d) um (1) de Agente de Limpeza.

X - Na Comarca de Guarapuava:
a) um (1) de Escrivão do Cível;

b) um (1) de Escrivão do Crime;
c) quatro (4) de Oficial de Justiça;
d) um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal;
e) dois (2) de Agente de Limpeza.

XI - Na Comarca de Ibaiti:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

XII - Na Comarca da Lapa:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

XIII- Na Comarca de Nova Esperança:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

XIV - Na Comarca de Palmas:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

XV - Na Comarca de Paranaguá:
a) um (1) de Escrivão do Cível;
b) um (1) de Escrivão do Crime;
c) quatro (4) de Oficial de Justiça;
d) um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal;
e) dois (2) de Agente de Limpeza.

XVI - Na Comarca de Paranavaí:
a) um (1) de Escrivão do Crime;
b) dois (2) de Oficial de Justiça;
c) um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal;
d) um (1) de agente de Limpeza.

XVII - Na Comarca de Pato Branco:
a) um (1) de Escrivão do Cível;
b) um (1) de Escrivão do Crime;
c) quatro (4) de Oficial de Justiça;
d) um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal;
e) dois (2) de Agente de Limpeza.

XVIII - Na Comarca de Pitanga:
a) um (1) de Escrivão do Cível;
b) dois (2) de Oficial de Justiça;
c) um (1) de Agente de Limpeza.

XIX - Na Comarca de Santo Antônio da Platina:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

XX - Na Comarca de São José dos Pinhais:
a) um (1) de Escrivão do Crime;
b) dois (2) de Oficial de Justiça;
c) um (1) de Auxiliar de Cartório Criminal;
d) dois (2) de Agente de Limpeza.

XXI - Na Comarca de Telêmaco Borba:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

XXII - Na Comarca de Toledo:
a) um (1) de Escrivão do Cível;
b) um (1) de Escrivão de Menores;
c) quatro (4) de Oficial de Justiça;
d) um (1) de Comissário de Vigilância de Menores;
e) dois (2) de Agente de Limpeza.

XXIII - Na Comarca de Ubatuba:
a) dois (2) de Oficial de Justiça;
b) um (1) de Agente de Limpeza.

XXIV - Na Comarca de União da Vitória:

- a) um (1) de Escrivão do Cível;
- b) dois (2) de Oficial de Justiça;
- c) um (1) de Agente de Limpeza.

XXV - Na Comarca de Wenceslau Braz:

- a) dois (2) de Oficial de Justiça;
- b) um (1) de Agente de Limpeza.

Art. 14 - Os Juizes de Direito Substitutos e Juizes Substitutos das seções judiciárias previstas na legislação anterior, integrarão as seções judiciárias compreendidas no Código de Organização e Divisão Judiciárias, por meio de ato do Órgão Especial do Tribunal de Justiça.

Art. 15 - Aos Árbitros, Conciliadores e Secretários dos Juizados Especiais de Pequenas Causas das Comarcas do Estado do Paraná poderá ser atribuída, a critério do Presidente do Tribunal de Justiça, uma gratificação pró-labore mensal, não excedente ao valor de dez (10) Obrigações do Tesouro Nacional, e, aos servidores do Poder Judiciário que neles cumulativamente exercerem funções, uma gratificação de até cem por cento (100%) do respectivo vencimento básico.

Art. 16 - As despesas decorrentes da execução desta lei, correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 918

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, Regime de Urgência ao Projeto de Lei n° 001/87, de minha autoria que, cria o Distrito Administrativo de Pontal do Paraná, no município de Paranaguá, com as divisas e confrontações que especifica.

Sala das Sessões, em 08.11.88.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 921

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, preferência de discussão e preferência de votação aos Projetos de Lei n°s 311, 312, 313, 314, 315 e 316/88.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO.

REQUERIMENTO N° 920

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário o encerramento da discussão dos Projetos de Lei ns. 272/88 e 283/88 de acordo com o item III,

do § 1°, do Art. 156 do Regimento Interno. Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) ANIBAL KHURY

REQUERIMENTO N° 928

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a inclusão na Ordem do Dia, atendendo o disposto no artigo 108 do Regimento Interno, do Projeto de Lei n. 264/88, que altera a denominação do atual Município de Goio-Erê para Goioerê e do 299/88, que declara de Utilidade Pública o Grêmio Esportivo e Recreativo do Tribunal de Alçada.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 915

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário a suspensão de discussão, por 3 (três) sessões plenárias, do Projeto de Lei n. 127/88, que objetiva alterar a redação do artigo 1°, da Lei n. 8.473, de 04.05.87, que dispõe sobre a isenção de taxa de segurança.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) IRONDI PUGLIESI

REQUERIMENTO N° 914

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, para que seja concedida Licença para ausentar-se do País, durante o período de 25 de novembro a 15 de dezembro de 1988, baseado no artigo 16, item VIII, da Constituição do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) ALEXANDRE CERANTO

REQUERIMENTO N° 925

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário seja consignado nos Anais da Casa, um voto de profundo pesar, pelo falecimento do Senhor MANOEL MESSIAS CALDEIRA, ocorrido em 22.11.88 em Jandaia do Sul.

O Senhor Manoel Messias foi uma extraordinária criatura humana, comerciante que sempre se destacou pelo esforço e excessivo trabalho. Morador antigo do Município de Jandaia do Sul, onde sempre cultivou bons e fiéis amigos.

Hoje, o passamento do Senhor Manoel Messias abre uma enorme lacuna causando profunda tristeza e dor à comunidade jandaense, aos familiares, amigos e a todos

aqueles que tiveram o privilégio de sua convivência.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada, através da esposa, Senhora Jandira Caldeira.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) ANTÔNIO COSTENARO NETO

REQUERIMENTO N° 919

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consignação de voto de agradecimento na Ata da presente sessão aos Senhores Darci Caron, José Carlos Alves dos Santos e Antônio Alves de Oliveira Neto, respectivamente Diretor do Departamento de Economia da UFPR, Subdiretor da Comissão do Orçamento do Senado Federal e ex-funcionário desta Casa, pelos relevantes serviços prestados no apoio às atividades da Comissão de Orçamento da AL.

Requer, outrossim, que este requerimento, uma vez aprovado, seja enviado para:

a) Prof. Darci Caron, Universidade Federal do Paraná;

b) José Carlos Alves dos Santos, Comissão de Orçamento do Senado Federal;

c) Antônio Alves de Oliveira Neto, Rua Fioravante Dal Stela, 582, Bairro Cristo Rei, Curitiba - PR.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) GERNOTE KIRINUS

JUSTIFICATIVA:

Na época que antecedeu a análise do Orçamento Plurianual e do Orçamento para 1989, bem como mais tarde, os acima citados desenvolveram fundamentais atividades de apoio à Comissão de Orçamento, as quais se revelaram extremamente importantes na análise criteriosa da matéria.

REQUERIMENTO N° 932

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, seja dado como lido o Pronunciamento em anexo.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) EZEQUIAS LOSSO

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não podemos ficar alheios à tragédia que está acontecendo em Curitiba, com a morte de onze crianças por infecção causada por soro contaminado. Precisamos urgentemente exigir medidas punitivas aos responsáveis. Mas é preciso mais.

A morte das crianças não é mais que a ponta do Iceberg. Há muito mais coisas comprometedoras na maneira como a saúde tem sido tratada em nosso País. Há negligência. Isto é óbvio.

Onde está a verdadeira causa da contaminação da substância nutritiva que foi aplicada nas crianças que morreram e ficaram doentes? As suspeitas recaem sobre todos os que tiveram, de alguma forma, a ver com o preparo e a composição do soro.

Mas que segurança podemos ter diante de tantas dúvidas? Existe a possibilidade de que as mortes tenham sido causadas pela contaminação dos aparelhos utilizados no preparo do soro. Se esta for a verdadeira causa, que segurança podemos ter ao entregar nossos filhos aos cuidados dos hospitais?

Mas e se a contaminação tiver ocorrido nos laboratórios responsáveis pela produção das substâncias? Nesse caso, é ainda mais difícil aceitar, já que os produtos são distribuídos por todo o Estado e até pelo Brasil e podem estar causando a morte de centenas, talvez milhares de outras crianças.

A quem responsabilizar agora? O que podemos fazer diante do fato consumado? Nada além de tentar impedir que tragédia como esta volte a ocorrer. E a única maneira é exigindo uma fiscalização mais rigorosa e a punição adequada aos assassinos em potencial de milhares de pessoas.

O fato ocorrido no Hospital Pequeno Príncipe, na semana passada, é um alerta para que percebamos em que situação está o tratamento da saúde no Brasil. Enquanto milhares de pessoas morrem, vítimas tanto de contaminações como de efeitos colaterais causados por remédios, as indústrias farmacêuticas crescem e prosperam cada vez mais.

O preço é alto demais, Senhores. Precisamos nos posicionar urgentemente e exigir maior rigor tanto do Ministério da Saúde como da Secretaria. Não podemos estar expostos à morte quando vamos buscar saúde no hospital. Não podemos permitir que as indústrias, laboratórios ou hospitais - seja quem for o culpado pela morte de todas aquelas crianças - passem impunes por mais esta tragédia.

Precisamos de medidas punitivas que pelo menos tragam o consolo aos pais das crianças mortas de que seu sofrimento serviu de alerta para impedir que outras tantas continuem a morrer pela negligência de profissionais irresponsáveis.

É não só uma questão de humanidade, mas de segurança. É um crime permitir que o risco continue à solta pelo país, matando mais crianças. Justo aqui que não é preciso ajudar a morte, que chega de minuto em minuto através da desnutrição.

REQUERIMENTO N° 926

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais, REQUER,

após ouvido o douto Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação, Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando medidas que visem a instalação de um telefone na Escola Estadual "31 de Março", de Ponta Grossa.

Deve-se o presente pleito aos constantes apelos formulados pela direção daquela escola, a qual ressen-te-se da necessidade de dispor de um meio de comunicação eficazes, imprescindível à agilização de atividades, tanto administrativas quanto escolares.

Outro aspecto a ressaltar, é o fato do referido estabelecimento de ensino situar-se distante do centro da cidade, onde raramente podem contar com um módulo policial nas proximidades, portanto, sujeitos a riscos de toda natureza, além de ficarem obrigados a favores alheios a fim de dar desenvolvimento ao trabalho.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 927

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Educação Belmiro Valverde Jobim Castor, solicitando a implantação gradativa para o ano de 1989, do 2° Grau, no Colégio Estadual Padre Carlos Zelesny Ensino de 1° e 2° Graus, de Ponta Grossa, no Turno da manhã, de mais uma Turma de Contabilidade.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CESAR

JUSTIFICATIVA:

A proposição que ora se submete à dou-
ca consideração deste Plenário, objetiva reiterar apelo formulado pela direção do Colégio Estadual Padre Carlos Zelesny - Ensino de 1° e 2° graus, de Ponta Grossa ao Senhor Secretário da Educação, através do ofício n. 104/88, pelo qual encarece providências para a implantação, em 1989, de mais um turno do Curso de Contabilidade.

Referido expediente retrata a premente necessidade da comunidade estudantil local contar com mais esta opção, pois embora já haja naquele estabelecimento o turno da noite, muitos são os alunos que residem em locais distantes da escola, de difícil acesso, com pouca iluminação, de difícil trânsito, à noite. Outros, porém, são alunos de pouca idade, cujos pais, preocupados com a segurança de seus filhos, insistem junto ao Colégio para que forme pelo menos mais uma turma de 2° grau para o período da manhã.

O estabelecimento em questão apresenta todas as condições para administrar o Cur-

so de Contabilidade, tanto espaço físico quanto professores especializados, a par de instalações adequadas às suas exigências.

Diante do exposto, vem o Parlamentar contar com o apoio de seus pares com assento nessa Casa, a fim de que aludida pretensão venha a ser concretizada.

REQUERIMENTO N° 917

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário da Segurança Pública, solicitando maior atenção e empenho quanto às reivindicações trabalhistas dos policiais civis do nosso Estado.

Não foram poucas as notas à imprensa paranaense, dando conta de que os 2.900 policiais civis do Paraná, deverão realizar uma greve, como advertência, no próximo dia 05, contra a atual política salarial.

Nossa experiência na crônica policial nos serve de apoio para afirmarmos que, caso consolidado o movimento, será inevitável o comprometimento da segurança da comunidade paranaense, que hoje, já vive num clima inseguro, em meio à violência andarilha.

Chamamos à consciência dos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, conclamamos para a discussão pautada e séria; para o diálogo aberto e franco, tal qual o compromisso do Governador, quando da leitura das "tábuas" do poeta Thiago de Mello, na posse do dia 15: "Doravante vale a verdade e, somente a verdade".

Pela segurança e bem-estar da comunidade paranaense, temos certeza de que as autoridades constituídas não fugirão à busca de uma solução para a situação ora apresentada.

Da decisão do plenário, dê-se ciência à União da Polícia Civil do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 916

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial do Poder Legislativo, ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado e Excelentíssimo Senhor Secretário da Educação, solicitando acolhimento às justas reivindicações encaminhadas à SEED, pela Associação de Pais e

Mestres de Curitiba, com relação ao Colégio Estadual Professor Loureiro Fernandes, nesta capital.

A comunidade escolar, os alunos, professores e funcionários do Colégio Estadual Prof. Loureiro Fernandes têm, constantemente feito chegar à imprensa o seu descontentamento pela atual situação administrativa do Colégio.

O Diretor eleito, com base em compromisso eleitoral do PMDB, no campo da Educação, com o voto secreto e direito da comunidade do referido estabelecimento, foi, recentemente, afastado das suas funções, em função do apoio hipotecado à campanha salarial do magistério público estadual.

"A escola é o espaço onde a educação acontece no seu mais amplo sentido, onde alunos e mestres buscam, juntos, respostas para questões fundamentais da vida, descobrindo o seu verdadeiro sentido e, conseqüentemente, o seu verdadeiro papel na sociedade. A escola é, na verdade, a sociedade onde o educando experimenta os valores que o orientarão na vida".

Se a verdadeira educação é aquela que prepara para a vida, não temos dúvida de que, aprender a lutar pela justiça, pela liberdade de expressão e manifestação e pelo respeito aos direitos é a lição primeira que a escola pode nos dar.

Não cremos que a comunidade curitibana fique exposta passivamente, à arbitrariedades e ao desrespeito à sua opinião e ao sacramento do voto depositado com confiança e esperança.

Denúncias dão conta de que a intervenção na escola negou-se a dar posse ao Grêmio Estudantil eleito, subestimando a capacidade de organização política da juventude.

Temos certeza de que o Jovem Governador não pactua com a ingerência sobre as entidades estudantis.

Apelamos à consciência das nossas autoridades, ao bom senso, à coerência e à própria humildade cristã, pela justiça e pelo respeito à vontade da maioria, expressa no voto, idêntico ao depositado, com muita esperança, no nosso atual governo.

Os Parlamentares e executivos são invioláveis por suas palavras e votos, mas os cidadãos comuns, estes estão subordinados não só à nossa Constituição, código dos homens, mas também às conjunturas que se revesam no cenário político.

Através deste Requerimento, o Poder Legislativo expressa seu desejo de ver reconduzido à Direção do Colégio Loureiro Fernandes, o Professor Vicente de Paula Athaide, como respeito ao povo e à democracia.

Que da decisão deste Requerimento, seja dada ciência à Associação de Pais e

Curitiba, segunda, em 28.11.88

Mestres de Curitiba, Associação dos Professores do Paraná, Associação de Pais e Mestres do Colégio Loureiro Fernandes e Grêmio Estudantil do Colégio Loureiro Fernandes.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 909

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, nos termos da Constituição Estadual e do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, e após ouvido o Plenário, o envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que preste os seguintes esclarecimentos a esta Casa:

1° - Qual foi o montante do empréstimo, à conta de antecipação da receita, contratado pelo Governo do Estado, dias antes das eleições do último dia 15 de novembro?

2° - Qual foi a garantia oferecida?

3° - Qual o prazo estabelecido para o pagamento de tal empréstimo?

4° - Quais os juros e comissões estipulados ou pagos?

5° - Junto a qual - ou quais - instituição financeira se deu a tomada do empréstimo?

6° - Qual a finalidade ou destinação do referido empréstimo?

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações fundamenta-se em afirmações feitas pelo Senhor Secretário da Fazenda, Luiz Carlos Hauly, em programa de televisão, alguns dias antes das eleições de 15 de novembro. Ele próprio, na ocasião, se encarregou de anunciar que o Estado estava contraindo empréstimo de curto prazo, à conta de antecipação da receita. Embora sem aprofundar em detalhes, adiantava o Senhor Secretário que tal procedimento se fazia necessário, a fim de que a Pasta pudesse efetuar o pagamento do reajuste de 30% concedido - ou melhor, apenas anunciado - ao funcionalismo público estadual, assim como o pagamento de firmas empreiteiras.

A notícia foi, na verdade, um tanto vaga, causando espécie, no entanto, pois estávamos há apenas alguns dias das eleições. E tais empréstimos se fazem, via de regra, mediante a concessão de receita futura do ICM ou do Fundo de Participação, em garantia.

Faz-se necessário, pois, que o Governo esclareça convenientemente a esta Casa, e não apenas ao Deputado que o presente subscreve, sobre o valor e as reais condições do aludido empréstimo, a fim de que melhor possamos conhecer e avaliar as con-

dições em que se deu, assim como a destinação e as formas de aplicação do montante obtido.

Exatamente por isso é que se espera a compreensão dos nobres Senhores Deputados, aprovando o pedido, para que esta Assembléia possa desempenhar convenientemente sua função fiscalizatória, sendo, para tanto, informada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, sobre as indicações formuladas no presente requerimento.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 319/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a SOCIEDADE DOS AMIGOS DO NÚCLEO CRISTO REI, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade dos Amigos do Núcleo Cristo Rei, criada em 06 de fevereiro de 1982, e registrada em Cartório competente daquela localidade tendo como objetivos principais promover e incentivar atividades culturais, cívicas, religiosas, recreativas, esportivas e sociais; promover, incentivar e providenciar melhoramentos, urbanização, conservação e a boa apresentação do Conjunto Residencial Cristo Rei; procurar fazer com que os moradores participem ativamente das soluções dos problemas comuns e individuais; representar a comunidade perante as autoridades e instituições; promover e incentivar constante e permanentemente atividades de assistência social, não se limitando ao Conjunto Residencial.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 320/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA VILA PRIMAVERA, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Moradores da Vila Primavera, criada em 03 de fevereiro de 1987, e registrada em Cartório competente daquela localidade tendo como objetivos principais promover e incentivar atividades culturais, cívicas, religiosas, recreativas, esportivas e sociais; promover e incentivar melhoramentos de urbanização, conservação e boa apresentação dos bairros; defender os interesses comuns no que concerne a problemas sociais e familiares; promover e incentivar constantemente as atividades de assistência social; representar o bairro perante as autoridades civis, militares, eclesiásticas e instituições, além de órgãos governamentais.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 321/88
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE PALMEIRINHA, com sede e foro no município de Guarapuava.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28.11.88.

(a) CÂNDIDO BASTOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Desenvolvimento Comunitário de Palmeirinha, criada em 27 de agosto de 1986, e registrada em Cartório competente daquela localidade tendo como objetivos principais promover o desenvolvimento comunitário através da realização de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doação ou empréstimo; proporcionar a melhoria do convívio entre habitantes do lugar, através da integração de seus moradores; proporcionar aos associados e seus dependentes atividades econômicas, culturais e desportivas; promover atividades assistenciais diretamente ou através de instituições filantrópicas.

Assim sendo, submetemos o presente projeto de lei à apreciação dos nobres Pares, com assento nesta Casa de Leis, solicitando a sua aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Senhor Deputado Gernote Kirinus.

O SR. GERNOTE KIRINUS - Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados.

Ao encerrarem os trabalhos de aprovação do Orçamento, nos resta apenas agradecer o apoio recebido não só dos Senhores Parlamentares em período difícil, tempo eleitoral, em que a Comissão teve dificuldades inclusive de se reunir. Os Deputados tiveram que abandonar as suas campanhas para estarem aqui. E nós devemos registrar a nossa gratidão não só aos Deputados, à Mesa, como também a pessoas relacionadas ao Poder Legislativo que prestaram colaboração fundamental para que pudéssemos fazer uma análise criteriosa do Orçamento.

Eu me refiro aos professores da Universidade Federal, liderados e colocados à disposição da Assembléia Legislativa, através do Professor Darci Caron, mui digno diretor do Departamento de Ciências Humanas daquela Universidade, em especial ao ex-funcionário desta Casa, técnico de renome, hoje aposentado já pela Assembléia Legislativa, mas ainda ativo como grande economista foi orgulho para o Paraná tê-lo junto ao Governo Federal como Chefe de Orçamento na SEPLAN durante 10 anos. Refiro-me ao Doutor Antônio Netto que realmente prestou relevantes serviços à Comissão de Orçamento, analisando dentro da ótica da nova Constituição e fazendo a avaliação técnica das emendas que foram oferecidas.

Nós devemos também a nossa gratidão ao Doutor José Carlos Alves dos Santos, Chefe da Comissão de Orçamento do Senado Federal que em várias ocasiões prestou-se a dar consultas via telefone aos Senhores Deputados que necessitavam desta assessoria e também esteve aqui em Curitiba participando de seminários na Universidade Federal feito pela Comissão de Orçamento, e aos quais os Senhores Deputados também participaram durante duas ocasiões, prestando assim relevantes serviços a esta Casa.

Nós, ao agradecer essas pessoas, encaminhamos à Mesa, requerimento consignando um voto de agradecimento e solicitaria à Mesa que enviasse a essas pessoas depois de consignado em Ata esse nosso agradecimento.

Eu gostaria de chamar a atenção para a posteridade: nós sabemos que devolvidas as prerrogativas ao Poder Legislativo, estamos ainda muito distantes, Senhores Presidente, Senhores Deputados, em poder exercer essas prerrogativas com eficiência. Necessita a Comissão de Orçamento e as demais comissões técnicas de especialistas na área de Orçamento, na área tributária, e eu até sugiro à Comissão Executiva, para que não só realize cursos e ofereça aos nossos funcionários que, com sacrifício, com esforço próprio, tentaram fazer o máximo para analisar o Orçamento vigente, possam assim se especializar e termos na Casa pessoas e assessorias tecnicamente

qualificadas e possamos assim apresentar um trabalho melhor como também que se abra concurso público para contratar e adquirir novos funcionários que possam realmente assessorar as diversas comissões técnicas. Que bom seria, Senhor Presidente, se a Comissão de Orçamento e as outras comissões técnicas da Casa contassem com pessoas, com assessores que pudessem analisar a unidade do Orçamento em cada setor; transporte, saúde, educação, haja vista que nós temos apenas dois meses para concluir estudos sobre orçamento, e enquanto a Secretaria do Planejamento, com todo o seu acervo no Poder Executivo, leva praticamente meio ano para elaborar esse documento.

Nós precisamos, portanto, Senhor Presidente, que a Casa realmente ofereça aos Senhores Parlamentares uma melhoria no quadro de assessores e assim possamos não só depender de colaboração, como foi oferecida pela Universidade Federal, mas termos o nosso quadro próprio para podermos assim exercer de uma forma definitiva as prerrogativas que nos foram devolvidas pela nova Carta.

Muito obrigado, Senhor Presidente, e encaminho à Mesa o nosso requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli).— Concedo a palavra ao Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, no Pequeno Expediente.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estive na cidade de Apucarana e fui fazer uma filmagem a respeito da tentativa de fuga do presídio de Apucarana que, considero hoje, um dos piores do Estado do Paraná. O de Londrina também é uma afronta, mas o de Apucarana, além de ser uma afronta, é uma tristeza, é uma violência, é um desrespeito ao Estado do Paraná. Confesso aos Senhores que estou bastante preocupado, porque a tentativa de fuga como houve, uma recentemente na cidade de Londrina, que foi feita pela cozinha do presídio, pela fragilidade da construção, da obra, eu acho que de anos e anos, a época do ex-Governador Moisés Lupion.

Em Apucarana, os presos, e sei que deve haver uma separação: têm presos que não podem, é claro, ter mordomias dentro do presídio, mas o que eu pude constatar, é que uma grande parcela dos detentos dormem quase na água. Escorre água pelas paredes, os sanitários, enfim, é uma vergonha. O que eu vi ali foi um pânico, foi um desespero.

Vejam bem Senhores, o que quero levar a esta Casa: eu fiz um projeto de lei em que nós poderíamos dotar nas delegacias de polícias, psicólogas, assistentes so-

ciais que eu queria colocar na nova Constituição do Estado e também os advogados que, na maioria dos presídios do Paraná, Senhor Presidente, Senhores Deputados, e os membros da Comissão de Segurança, Deputado Algaci Túlio e demais desta Casa, a maioria dos detentos, às vezes já cumpriram penas e estão ali a espera de que o Poder Judiciário reveja o seu caso e a maioria deles não têm um advogado para ir lá atendê-los. As vezes eles não têm dinheiro para contratar um advogado. Então eu pude constatar a revolta dos presos dentro daqueles presídios. Um deles me disse: "Alborghetti, eu já cumpri a minha pena, estou aqui aguardando a decisão da Justiça e não tenho ninguém que me socorra na Capital, não tenho um advogado que vá ver como é que está o meu processo".

Então, já pedi várias vezes, através de ofícios, de expedientes do meu gabinete, ao Governo do Estado, que fizesse um mutirão e colocasse advogados em todas as delegacias de polícia do Paraná e em todos os presídios para reavaliar a situação do presidiário, porque o presidiário fica revoltado, Senhores. Os Senhores não sabem o importante que eu quero trazer a esta Casa hoje. Os presidiários ficam revoltados. Depois eles armam uma fuga. Quem é que vai pagar? É a família paranaense. Vão desaforar a sua revolta na primeira residência que entrarem. Vão "meter a máquina" na cabeça do Senhor, Senhor Deputado, na cabeça da Senhora sua esposa, de seus filhos.

Ele está preso lá dentro, sem condições de amparo legal, de ter um advogado. Às vezes faço essas propostas e diz-se que se vai gastar muito dinheiro.

Apresentei uma Emenda aqui, num Projeto do Deputado Algaci Túlio, de que todos os carros que forem roubados aqui no Paraná, como em vários Municípios e que eu acompanhei agora em Sertaneja, vários carros roubados no Município de Sertaneja, que estão apodrecendo no pátio, deveriam ser divulgados, através do Diário Oficial. Apresentei uma Emenda, junto ao Projeto do Deputado Algaci, que isso poderia passar para o Jornal o Estado do Paraná, o Diário Popular. As televisões teriam espaço de um minuto, dois minutos, como teve o Diário da Constituinte para divulgar os carros roubados, e dizem que vai gastar dinheiro. Então tudo se gasta dinheiro, tudo o que se quer fazer gasta dinheiro, tudo o que se quer fazer para o bem do Paraná, para o bem da família paranaense, gasta dinheiro.

Então, o que é que eu vim fazer aqui nesta Casa? Só vim aqui subir à tribuna e dizer, amém, amém, a vida inteira? Quer dizer, eu vou ficar aqui concordando com tudo, você faz um projeto, examina, não,

gasta dinheiro, faz outro projeto, não, gasta dinheiro, tudo gasta dinheiro? Não dá, se faz um projeto para que a família que tem o seu carro roubado leia o Jornal, e saiba onde seu carro está, ou às Emissoras de Rádio, noticiários... gasta dinheiro.

Estou pedindo advogados, estou pedindo que se faça um mutirão de advogados para visitar os presídios do Paraná, para ver qual o preso que já tem a sua pena cumprida, ou o preso que já cumpriu 1/3 da pena, e que ele possa sair, responder, conviver com a sociedade, não, não pode, gasta dinheiro. Tudo se gasta dinheiro, agora, quando os homens que estão detidos nessas cadeias saem em fuga, em massa, entram dentro da sua casa, Deputado Baggio, o Senhor se lembra o que aconteceu em Loanda?

Entraram na residência daquele cidadão, aquele fazendeiro e mataram o pai, mataram a filha e mataram o filho, são fuggitivos de penitenciárias.

Recentemente apresentei aqui um cidadão, que fugiu da penitenciária, estava fazendo uma série de arrombamentos, assaltos no Norte do Paraná, perguntamos a ele na Delegacia de Polícia: "você é de onde?" "Eu fugi da penitenciária e vim aqui assaltar." "Porque é que você fugiu?" "Eu fugi porque eu estava quase para sair e ninguém me explicava, ninguém me dava o direito de falar, ninguém me orientava...", etc.

Estou pedindo aqui orientação, porque aqui tem ilustres advogados nesta Casa, como o Doutor Nereu Massignan e os demais companheiros, e porque não Dr. Nereu, se fazer um mutirão, pegar advogados, correr os presídios do Paraná, ver quais os presos que já cumpriram a sua pena colocá-los em liberdade; fala-se tanta coisa neste País, que vai se fazer, que vai se resolver, mas ninguém faz nada.

Há dois anos que estou aqui e não se faz nada, a vida inteira nada. Ora, eu vi tentativa de fuga do Presídio de Apucarana, é uma verdadeira violência, um verdadeiro desrespeito para com a família paranaense. Os presos estão revoltados lá dentro, podem pegar o Senhor na sua estrada, o Senhor dando uma carona para um fuggitivo de uma cadeia pública e mete a máquina na tua "cara", mata, rouba, aí vão dizer que a Polícia que é culpada.

A Polícia não tem uma bola de cristal, para adivinhar que horas vai acontecer uma fuga, a Polícia não tem bola de cristal para adivinhar quem é que vai ser assassinado hoje no Paraná, a Polícia não tem uma bola de cristal para saber que horas vai haver um seqüestro, como nós não temos uma bola de cristal para sabermos quando é que vai acabar a inflação no Brasil, ou quando vai ser aumentado o salário mínimo

ninguém tem bola de cristal para adivinhar.

Agora, precisamos fazer um mutirão e visitar estas penitenciárias para acabar com estas tentativas de fuga, porque é uma verdadeira vergonha o que está acontecendo nos presídios do Paraná.

Muito Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Antonio Costenaro Neto.

O Sr. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Senhor Presidente e Srs. Deputados.

Realmente venho à tribuna para parabenizar o Deputado Alborghetti, pelo seu pronunciamento nesta Casa no dia de hoje.

Eu diria aos companheiros, nobres Deputados, que no início do ano passado, ainda quando esse ilustre Parlamentar era o Presidente da Comissão de Segurança, a qual nós fazíamos parte, e fazemos até hoje e também ele, acompanhado dos nobres Deputados que ocupam a referida Comissão, nós estivemos conversando, debatendo prolongadamente com o Secretário da Justiça, com relação aos problemas de segurança no Estado do Paraná.

Nós recebemos ainda naquela ocasião, a informação do Secretário Acir Breda, que dizia que dentro de um ano, mais ou menos, o Paraná já teria iniciada a construção de cinco minipresídios, distribuídos em todo o Estado do Paraná, com o objetivo de melhor atender o problema dos presos.

Além do mais, a grande quantidade de condenados e que se encontram ainda no gozo da liberdade por falta de espaço para prendê-los. No entanto, Deputado Alborghetti, procede muito bem a sua denúncia nesta Casa, e nós sabemos disto. Porque, enquanto lá fora, bandidos, marginais já condenados não foram recolhidos para as penitenciárias, aqui dentro das penitenciárias apodrecem, acumulam às vezes marginais que na verdade não poderiam gozar da liberdade. Mas, às vezes, pessoas completamente recuperadas que poderiam voltar a produzir na comunidade, a trabalhar, encontram-se ali no desolamento, no abandono, por falta de julgamento ou então de autorização para ser colocado em liberdade.

Nós encontramos, quando nos preocupamos com a Justiça, com a segurança, um problema muito sério, porque ele atinge a todos nós.

Eu diria que ainda na semana passada tive o privilégio de me roubar um carro. O Alborghetti falou aqui dos carros que apodrecem por aí, recolhidos, presos e isso acontece em todo o Brasil e jamais poderia acontecer. Realmente nós precisaríamos de um programa, de um sistema que co-

locasse principalmente a informação de uma maneira que as pessoas interessadas, principalmente, tivessem acesso a busca do seu veículo.

Eu não sei aonde procurar o meu veículo, que foi roubado na semana passada. Eu sei que alguém está com ele aí, sem documento, sem nada e vai esquentar o documento, isso não é novo. E as vezes a gente ouve, através dos próprios policiais: "Isto vai para Santa Catarina, esquentar, e daqui a pouco estão vendendo aqui no Paraná." Infelizmente este é o Paraná, infelizmente este é o Brasil de nós brasileiros, de nós parlamentares e que lá fora a população desinformada, a população espreme a nossa voz aqui na tribuna e acabam nos Anais da Casa ou talvez em alguma pequena notícia de jornal e nada acontece.

Portanto, vejo aí a Polícia às vezes demonstrando uma riqueza, não é a Polícia, é a Secretaria de Segurança, até distribuindo centenas e centenas de veículos. Fico olhando, cada vez que eu vejo em frente ao Palácio 100 veículos para serem distribuídos para as delegacias e digo:

quê? Porque depois que esses veículos vão para as delegacias, chegam lá e não tem combustível para trabalhar, não tem dinheiro para comprar pneu ou então, se prende alguém ele tem que ser solto imediatamente porque não tem aonde recolher o preso. Então, acho que não é por aí.

Acho que nós precisamos realmente, Deputado Alborghetti, Vossa Excelência, preocupa-se e tem um profundo conhecimento neste setor porque já milita como repórter policial há muitos anos, sabe muito bem melhor do que nós. Mas nós precisamos, na verdade, é de uma reforma profunda no sistema de presídios.

Vamos nos preocupar com o nosso Paraná. E nós precisamos estudar, analisar profundamente e pelo menos fazer alguma coisa. Fazer pelo menos justiça com aqueles que precisam gozar a liberdade e fazer justiça colocando atrás das grades aqueles que já foram condenados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Deputado Dirceu Manfrinato com a palavra.

O SR. DIRCEU MANFRINATO - Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No horário das Lideranças, consulto o PDS.

(Declina)

PDC (Declina) -

PFL (Declina) -

PF. Concedo a palavra ao Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados presentes.

Devemos estar preocupados, porque este é um País dos subversivos.

Hoje, eu gostaria de falar sobre um assunto de interesse não só nosso, dos Parlamentares, mas de interesse de toda a sociedade brasileira. Eu quero me referir aos freqüentes descumprimentos da nova Constituição que foi promulgada no último dia 05 de outubro passado.

Esses contínuos descumprimentos da Constituição, não só ferem as prerrogativas dos constituintes que a elaboraram, como também violentam as prerrogativas, violentam a vontade popular, inutilizam os esforços de toda a população, para que possamos caminhar finalmente rumo ao regime democrático.

Logo depois que a Constituição foi promulgada, o próprio Governo foi um dos primeiros a descumprir a lei que fixa os juros de 12% ao ano. Os partidos que sustentam a nova República e o Governo Sarney, conseguiram fazer com que essa lei não fosse cumprida. Isso não surpreendeu a ninguém, todo mundo sabe a quem eles representam, o grande capital, os banqueiros, os financistas, os que vivem da ganância do lucro explorando trabalhadores. O próprio Governo interpretou a lei dos juros de 12% da forma como quis, em desrespeito flagrante ao texto da Constituição, e demonstrou mais uma vez que esse Governo da nova República é inviável e ilegítimo.

Mais um exemplo da falta de cumprimento da Constituição é o caso da anistia da dívida aos pequenos produtores rurais e aos pequenos produtos urbanos. Os bancos pressionaram e cobraram boa parte dessa dívida, punindo os anistiados pela lei com a proibição de novos empréstimos bancários. Exemplo trágico e violento de descumprimento da Constituição, foi também a repressão militar contra os trabalhadores em greve na Siderúrgica de Volta Redonda, no Estado do Rio; onde a Constituição é clara, o direito de greve está na lei, é um direito legítimo dos trabalhadores, conquistado depois de muitas lutas, que custaram a vida de muitos sindicalistas e de muitos operários. Apesar da Constituição prever o direito de greve, o Governo Sarney, irresponsavelmente, juntamente com o Poder Judiciário, autorizaram e mandaram os militares do exército invadirem a siderúrgica, resultando na morte de três trabalhadores. Um erro trágico, mais um dos que sustentam a ilegítima nova República.

Agora, estamos vendo um fato novo,

forças retrógradas e conservadoras colocaram as suas mangas de fora, para mais uma vez inviabilizar a nova Constituição. Depois de inviabilizarem a reforma agrária e uma série de benefícios para os trabalhadores, essas forças, representadas pelos partidos conservadores de direita que estão no Governo, negam-se a votar no Congresso Nacional, a lei do salário mínimo. Estão criando um fato novo, para deixarem de votar também em consequência a regulamentação dos direitos dos trabalhadores, considerados ainda não auto-aplicáveis. O salário mínimo no Brasil, todos sabem, é um dos mais baixos de todo o mundo, mais baixo inclusive que o da Bolívia, isso é uma vergonha nacional. Esses constituintes que não querem votar em favor da recuperação dos salários praticam um crime contra a nossa Nação, eles são os verdadeiros subversivos, os que descumprem a Constituição, embora sabemos que eles não serão punidos, é contra esses traidores da Pátria que o Governo nada faz, que a Polícia cruza os braços, não pune, não bate, não prende, com seus cacetetes, não mata com suas armas sofisticadas. Ao contrário, oferece empréstimos, privilegia aqueles que não cumprem a Lei. Ao invés de recuperar a dignidade e as prerrogativas parlamentares do Congresso Nacional esses maus políticos querem inviabilizar a democracia e a vida brasileira aos que querem deixar para o ano que vem a votação dessas questões que interessam a todos os trabalhadores e a toda a sociedade brasileira.

Não podemos mais, Senhor Presidente, Senhores Deputados, permitir que uma minoria de privilegiados não cumpram a Lei e continuem impunes. Nas últimas eleições a população brasileira demonstrou de que lado está. Está do lado do avanço democrático, da democracia e contra esses conservadores que pretendem continuar mantendo seus privilégios e interesses mesquinhos. Nós queremos apenas a Lei cumprida, e também que a justiça seja feita.

Era isso Sr. Presidente, era isso Srs. Deputados, em nome da lamentável subversão que prevalece, a lamentável desordem constitucional que prevalece enraizada nos palácios.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra a representação do PTB.

(Declina)

Com a palavra a representação do PDT.

(Declina)

Com a palavra a representação do PMDB.

(Declina)

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a hora do expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

meu voto contrário, Sr. Presidente.

com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Senhor Governador do Estado, convocando esta Casa para reunir-se extraordinariamente de 06 de dezembro de 1988 a 20 de janeiro de 1989, a fim de apreciar matérias de relevante interesse público. À Diretoria Legislativa para os devidos fins.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Cândido Bastos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Alexandre Ceranto, constante do expediente, solicitando licença para ausentar-se do País, no período de 25 de novembro a 15 de dezembro do corrente ano. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando o encerramento da discussão dos Projetos de Lei n.ºs. 272/88 e 283/88. Aprovado.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente, solicitando preferência de votação aos Projetos de Lei n.ºs 311, 312, 313, 314, 315 e 316/88. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

01. 3.ª DISCUSSÃO - Do projeto de Lei n.º 272/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 102/88, que encaminha o Orçamento Plurianual de Investimentos relativos ao triênio 1989-1991. Aprovado.

02. 3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 283/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 108/88), que encaminha, de acordo com o disposto no Art. 47 da Constituição Estadual, o Orçamento Programa para o exercício de 1989. Aprovado.

O Sr. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Só para constar na Ata dos trabalhos meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

O SR. PEDRO TONELLI - Também quero constar meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

O SR. ALGACI TÚLIO - Também quero constar

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Será registrado.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 311/88, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n.º 112/88), que autoriza o Poder Executivo a doar o Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede e foro em Araucária, um imóvel urbano com área de 1.141,30 m², situado na sede do referido Município e havido pelo Estado através da Transcrição Imobiliária n.º 5.223, às fls. 200 do livro 3 n.º 7, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (DA.116/88 de 22.11.88, Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 311/88

PARECER:

O presente plano de lei, originário da Mensagem Governamental n.º 112/88, tem como objetivo autorizar o Poder Executivo doar ao Educandário Mariano Rodrigues de Castro, com sede e foro em Araucária, um imóvel urbano com área de 1.141,30 m², situado na sede do referido Município e havido pelo Estado através da Transcrição Imobiliária n.º 5.223, às fls. 200 do Livro 3, n.º 7, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Araucária.

O projeto está devidamente justificado nos termos do Regimento Interno e de acordo com as normas constitucionais vigentes, nada há que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa.

Nos termos do art. 21, item VIII, alínea "c", da Constituição Estadual é de competência desta Assembléia Legislativa "autorizar concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual...".

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO. É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BASÍLIO ZANUSSO

Relator

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.º 312/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.º 113/88), que altera os limites para a abertura de créditos suplementares fixados na lei n.º 8.666, de 14 de dezembro de 1987, ampliados pela Lei n.º 8.812, de 12 de julho de 1988. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. 116, de 22.11.88, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 312/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, oriundo da Mensagem Governamental n. 113/88, tem como objetivo alterar os limites para a abertura de créditos suplementares fixados na Lei n. 8.666, de 14 de dezembro de 1987, ampliados pela Lei n. 8.812, de 12 de julho de 1988.

De acordo com o artigo 47, inciso I, da Carta Magna Estadual, a competência para iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

A justificativa apresentada diz que a medida foi proposta com o objetivo de ampliar o limite da verba existente para se poder cumprir o Orçamento diante da intensificação recente do processo inflacionário.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Salas das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 313/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 114/88), que dá nova redação ao artigo 3° e seus parágrafos 1° e 2°, da Lei n. 8.212, de 30 de dezembro de 1985. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. 116, de 22.11.88, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

A Mensagem Governamental n. 114/88, dá origem ao Projeto de Lei n. 313/88, que visa dar nova redação ao artigo 3° e seus parágrafos 1° e 2°, da Lei n. 8.212, de 30 de dezembro de 1985.

Objetiva tal medida propiciar substancial fonte de recurso a serem aplicados na execução de planos de desenvolvimento econômico e social.

A competência para iniciação de projetos que disponham sobre matéria desta natureza é exclusiva do Poder Executivo, conforme reza o disposto no artigo 47, inciso I, da Constituição Estadual.

Diante do exposto, entendemos que a medida ajusta às normas legais vigentes, merecendo nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA
Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 314/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 115/88), que institui o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, de caráter rotativo, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltadas ao interesse Urbano. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA. 116, de 22.11.88, Mensagem.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 314/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 115/88, o presente plano de lei visa instituir o Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano - FDU, de caráter rotativo, com o objetivo de financiar planos, programas, projetos e atividades voltadas ao interesse urbano.

De acordo com o artigo 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para a iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

Diante do exposto, entendemos que a medida ajusta às normas legais vigentes, merecendo nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se por sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

NEIVO BERALDIN

Relator

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 315/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 118/88), que objetiva alterar a tabela de escalonamento vertical estabelecida pelo artigo 118, da Lei n. 6.417/73, modificada pelas Leis N° 6.839, de 22.12.76, n. 7.540, de 08.12.81, n. 7.637 de 10.09.82, n. 8.218, de 06.01.86, n. 8.298 de 08.05.86 e n. 8.671 de 21.12.87. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 116, de 22.11.88, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N. 315/88

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental n. 118/88, tal projeto de lei objetiva alterar a Tabela de escalonamento vertical estabelecida pelo artigo 118, da Lei n. 6.417/78, modificada pelas Leis ns. 6.839, de 22.12.76, n. 7.540, de 08.12.81, n.

7.637 de 10.09.82, n. 8.218, de 06.01.86, n. 8.298 de 08.05.86 e n. 8.871 de 21.12.87.

De acordo com o artigo 47, inciso I, da Constituição Estadual, a competência para iniciação do processo legislativo das leis que disponham sobre tal matéria, compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

E mais, a medida proposta consubstancia o resultado de estudos elaborados pelas Secretarias de Segurança Pública, da Administração e da Fazenda, que a consideram plenamente justa e necessária, vindo eliminar distorções existentes na tabela que se pretende retificar.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 316/88, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 119/88), que autoriza o Poder Executivo a doar a Associação de Pais e Amigos de Surdos - APAS, os lotes de terreno sob n. 22, 23 e 24 da Planta Irpácia Bairro Hugo Lange - Curitiba, de propriedade do Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 116, de 22.11.88, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 316/88

P A R E C E R:

Origina, o presente plano de lei, da Mensagem Governamental n. 119/88, que visa autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Pais e Amigos de Surdos - APAS, os lotes de terreno sob n. 22, 23 e 24 da Planta Irpácia Bairro Hugo Lange - Curitiba, de propriedade do Estado do Paraná.

Cabe a esta Casa "autorizar concessão, alienação ou arrendamento de bens imóveis do domínio estadual ...", conforme dispõe o artigo 21, item VIII, alínea "e", da Constituição Estadual.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

BÁSILIO ZANUSSO

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 120/88, de autoria do Deputado PAULO FURIATTI, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E AMIGOS DO JARDIM DOM BOSCO, com sede nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 172/88, de autoria do Deputado HAROLDO FERREIRA, que doa ao município de Francisco Beltrão o lote urbano sob n.º 02 (dois), da quadra n.º 181 (cento e oitenta e um), situado naquela municipalidade, 1ª Circunscrição, com os limites que especifica, objetivando a construção da Câmara Municipal daquele município. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Em discussão.

O Sr. Pedro Tonelli - Sr. Presidente, Pela Ordem.

Qual é o item que estamos votando?

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Projeto de Lei n.º 172/88, folhas 01, do Avulso.

O Sr. Pedro Tonelli - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Aprovado, artigo por artigo.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 01/87, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY e outros, que cria o Distrito Administrativo de Pontal do Paraná, no Município de Paranaguá, com as divisas e confrontações que especifica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n.º 10, de 09.03.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 001/87

P A R E C E R:

O projeto de lei em exame, de autoria do nobre Deputado Anibal Khury, cria o Distrito Administrativo de Pontal do Paraná, no Município de Paranaguá, com as divisas e confrontações que especifica.

A matéria obedece às exigências constitucional, legais e regimentais, não existindo qualquer impedimento à sua tramitação nesta Casa de Leis.

Neste sentido, manifestamos o nosso parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 08/88, de autoria do Deputado PIRAJÁ FERREIRA, que denomina a estrada que liga o município de Quatro Barras a Piraquara, até a BR-277, de Prefeito Antônio Alceu Zielonka. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C., por unanimidade. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 03, de 02.03.88).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 008/88

P A R E C E R:

O presente plano de lei, de autoria do nobre Deputado Pirajá Ferreira, tem por finalidade denominar a estrada que liga o Município de Quatro Barras a Piraquara, até a BR-277, de Prefeito Antônio Alceu Zielonka.

O projeto de lei está devidamente justificado com os termos do Regimento Interno e de acordo com as normas vigentes. Assim sendo, nada há que possa obstar a sua normal tramitação por esta Augusta Casa de Leis.

Nestas condições, o nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.06.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PROJETO DE LEI N° 08/88

P A R E C E R:

O projeto de lei em tela, de autoria do ilustre Deputado Pirajá Ferreira, visa denominar a estrada que liga o Município de Quatro Barras a Piraquara, até a BR-277, de Prefeito Antônio Alceu Zielonka.

De acordo com a justificativa apresentada, trata-se de justa homenagem àquele que tanto contribuiu para o progresso e crescimento do município. No plano legal e regimental a presente proposta não encontra qualquer impedimento que possa vir a prejudicá-la no seu trâmite por esta Colenda Casa.

Seguindo o entendimento da Comissão de Justiça, nos termos acima expostos, esta douta Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações conforme disposição regimental, vem a seguir o pronunciamento favorável ao Projeto de Lei n° 08/88.

Assim sendo, o nosso Parecer é Favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.08.88.

(aa) ACYR MEZZADRI - Presidente

PAULO FURIATTI - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 307/88, de autoria do Deputado ANIBAL

KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE E DESPORTIVA DO DEAM, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 115, de 21.11.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 307/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação Beneficente e Desportiva do DEAM, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

BASÍLIO ZANUSSO - Relator

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 308/88, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS MILICIANOS INATIVOS - PARANÁ - AMI/PR, com sede e foro na cidade de Curitiba. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. - Aprovado. (Public. no D.A. n° 115, de 21.11.88.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 308/88

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Anibal Khury, objetiva o presente plano de lei declarar de Utilidade Pública a Associação dos Milicianos Inativos - Paraná - AMI/PR, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Em tais circunstâncias, somos pela aprovação do presente plano de lei, nos termos em que se apresenta.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.11.88.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO - Presidente

CÂNDIDO BASTOS - Relator

1.^a DISCUSSÃO - Da Proposição n° 108/88, Proposta de Emenda Constitucional, de autoria do Deputado Lauro Lobo Alcântara e Outros, que suprime do "caput" do artigo 11 a expressão "de Capital". Com PARECER

FAVORÁVEL da Comissão Especial de Reforma a Constituição Estadual, por unanimidade.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA
À CONSTITUIÇÃO
PROPOSIÇÃO N° 108/88 DE EMENDA À
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

PARECER:

A Emenda Constitucional em exame de autoria do Nobre Deputado Orlando Pessuti, e devidamente apoiada pelos demais parlamentares que a subscrevem, visa suprimir do "caput" do artigo 11 a expressão "de Capital".

O alcance e a validade da proposta vêm ao encontro das necessidades dos municípios do Estado do Paraná.

Não é justo frustrar a vontade popular, privando-a do seu escolhido para os mandatos apenas para obviar incompatibilidade entre mandatos diversos.

Dai a proposta de Emenda tendente a conciliar esta situação gerada numa fase de transição político-institucional do regime autoritário para a democracia plena.

Diante do exposto nosso parecer é FAVORÁVEL.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
(aa) CAÍTO QUINTANA
Presidente
TADEU LÚCIO MACHADO
Relator.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ESTADUAL
DA PROPOSIÇÃO N° 108/88

Artigo Único - Suprima-se do "caput" do art. 11 a expressão "de Capital".

Sala das Sessões, em

(a) LAURO LOBO ALCANTARA.

Apoiamento: Orlando Pessuti, Raul Lopes, Edmar Luiz Costa, Cândido Bastos, Algaci Túlio, Tadeu Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Nereu Carlos Massignan, Artagão Mattos Leão, Werner Wanderer, Ezequias Losso, Antônio Annibelli, José Rogério Carvalho, Germote Kirinus, Luiz Antonio Setti, Eduardo Baggio, Anibal Khury.

O Sr. Pedro Tonelli - Pela Ordem- Requeiro verificação de votação, com base no Regimento que exige 2/3 para aprovação de alteração da Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai submeter à votação o Projeto de Lei n° 108/88. De acordo com o Regimento Interno são necessários 2/3. Senhores Deputados que aprovam a Emenda Constitucional queiram levantar-se.

O Sr. Artagão Mattos Leão -Senhor Presidente. Requeiro chamada nominal, Se-

nhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vai-se proceder à chamada nominal.

O Sr. Artagão Mattos Leão - E esta liderança solicita uma Certidão da Ata, para que conste os que estão presentes e os que estão ausentes.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Vossa Excelência quer a Certidão ou quer a Chamada Nominal?

O Sr. Artagão Mattos Leão - A Chamada Nominal e depois a Certidão.

O SR. 1° SECRETÁRIO - procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - 36 Senhores Deputados responderam à chamada.

A Mesa vai proceder à verificação de votação de acordo com o Requerimento solicitado pelo nobre Deputado Pedro Tonelli.

O Sr. Algaci Túlio- (Pela Ordem)- Senhor Presidente.

Pediria pelo menos dez minutos de suspensão da Sessão, em função de alguns companheiros estão em CPI e ainda poderia se solicitar a presença deles, aqui, em Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Infelizmente a Mesa não pode conceder este prazo que Vossa Excelência está requerendo.

Vai-se proceder a verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam, queiram levantar-se: 34 Senhores Deputados aprovam...

O SR. ARTAGÃO MATTOS LEÃO - Senhor Presidente, foi feita a 2ª chamada?

O SR. EDMAR LUIZ COSTA - (Pela ordem)- Alguns Senhores Deputados não estão podendo chegar ao Plenário porque o elevador privativo está em inspeção hoje. Esta é a dificuldade de alguns colegas descerem.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- A Mesa vai proceder à votação nominal da Emenda Constitucional. O Senhor 1° Secretário procederá a chamada para votação e o Senhor 2° Secretário para anotação.

O SR. 1° SECRETÁRIO (Nelson Vasconcellos)-
Antônio Annibelli, sim
Eduardo Baggio, sim
Ferrari Júnior, sim
Anibal Khury, sim

Lindolfo Júnior,
 Vera Agibert, sim
 José Alves,
 Acir Mezzadri, sim
 Alexandre Ceranto,
 Algaci Túlio, sim
 Amélia Hruschka,
 Antônio Bárbara,
 Antônio Belinati,
 Antonio Costenaro Neto, sim
 Artagão Mattos Leão, sim
 Basílio Zanusso,
 Caíto Quintana,
 Cândido Bastos, sim
 David Cheriegate, sim
 Dirceu Manfrinato, sim
 Djalma de Almeida César, sim
 Domingos Scarpellini, sim
 Edmar Luiz Costa, sim
 Erondy Silvério, não
 Ezequias Losso, sim
 Gernote Kirinus, sim
 Haroldo Ferreira, sim
 Hermas Brandão, sim
 Homero Oguido,
 Irondi Pugliesi,
 José Arruda,
 José Afonso Júnior, sim
 José Felinto,
 José Rogério Carvalho,
 Luiz Alberto Oliveira,
 Luiz Antonio Setti,
 Luiz Carlos Alborghetti, sim
 Neivo Beraldin, sim
 Nelson Vasconcellos, sim
 Nereu Carlos Massignan, sim
 Nestor Baptista,
 Nilton Barbosa,
 Orlando Pessuti, sim
 Paulino Delazeri, sim
 Paulo Furiatti,
 Pedro Tonelli,
 Pirajá Ferreira,
 Quielise Crisóstomo, sim
 Rafael Greca,
 Raul Lopes,
 Sabino Campos,
 Tadeu Lúcio Machado, sim
 Valderi Mendes Vilela, sim
 Werner Wanderer, sim

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury)- Trinta
 Senhores Deputados aprovam. Dois Re-
 jeitam.
 Está aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - Da Proposição nº 109/88,
 Proposta de Emenda Constitucional, de au-
 toria do Deputado Lauro Lobo Alcantara e
 Outros, que dá nova redação a alínea "c"
 do inciso II, do Art. 9º da Constituição
 Estadual. Com PARECER FAVORÁVEL da Comis-
 são Especial de Reforma a Constituição Es-
 tadual, por unanimidade.

COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À
 CONSTITUIÇÃO
 À PROPOSIÇÃO Nº 109/88, DE EMENDA À
 CONSTITUIÇÃO ESTADUAL

PARECER:

A presente proposta de Emenda à
 Constituição Estadual, de autoria do nobre
 Deputado Orlando Pessuti e devidamente
 apoiada pelos demais parlamentares que a
 subcrevem, visa alterar a alínea C, do
 inciso II, do art. 9º que passa a vigorar
 com a seguinte redação:

"Art. 9º -

I -

II -

a) -

b) -

c) - exercer outro cargo federal, es-
 tadual ou municipal, salvo em caráter ele-
 tivo, de nomeação ou de substituição."

Desnecessária qualquer argumentação no
 sentido de aumentar o aspecto altamente
 meritório que a medida traz em seu bojo,
 já que a escolha feita pelo povo há que
 ser respeitada, o que nos faz crer, com
 certeza, que ela virá ao encontro dos an-
 seios da coletividade paranaense.

Nestas condições, opinamos pela Apro-
 vação desta Proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões, em
 (aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente;
 TADEU LÚCIO MACHADO - Relator.

PROPOSTA DE EMENDA À
 CONSTITUIÇÃO ESTADUAL,
 DA PROPOSIÇÃO Nº 109/88

Art. único- A alínea C do inciso II,
 do artigo 9º, passa a vigorar com a se-
 guinte redação:

"Art. 9º -

I -

II -

a) -

b) -

c) - exercer outro cargo federal, es-
 tadual ou municipal, salvo em caráter ele-
 tivo, de nomeação ou de substituição."

Sala das Sessões, em
 (a) LAURO LOBO ALCANTARA

Apoiamento:

Raul Lopes, Orlando Pessuti,
 Edmar Luiz Costa, Cândido Bastos,
 Artagão Mattos Leão, Algaci Túlio,
 Antônio Annibelli, José Rogério Carvalho,
 Gernote Kirinus, Nereu Carlos Massignan,
 Tadeu Lúcio Machado, Anibal Khury,
 Werner Wanderer, Ezequias Losso,
 Eduardo Baggio, Luiz Alberto Oliveira.
 - Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI - (Pela Ordem) Soli-
 cito verificação de votação, Sr. Pre-

sidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Os Srs. Deputados que aprovam, queiram levantar-se.

Vinte e oito Srs. Deputados aprovam, e quatro rejeitam. REJEITADO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sobre a Mesa, requerimento de n. 925, de autoria do Senhor Deputado Antônio Costenato Neto, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 928, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 918, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 909, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 917, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 916, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 919, de autoria do Senhor Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Le-

gislativa.

Requerimento de n. 927, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 926, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 932, de autoria do Senhor Deputado Ezequias Losso, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n. 915, de autoria da Senhora Deputada Irondi Pugliesi, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 29, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 120/88, 172/88.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 01/87, 08/88, 307, 308, 311, 312, 313, 314, 315 e 316/88.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 264/88 e 299/88.

Levanta-se a sessão.